

Palestra Nacional

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: HISTÓRICO E TENDÊNCIAS

Celi Nelza Zulke Taffarel – UESC e UFBA *

Resumo: O texto aborda, a partir de dados históricos, as tendências na formação de professores da Educação Básica tendo como categoria teórica a realidade concreta, as mediações, as contradições, as contingências e as possibilidades, já como categorias empíricas o capitalismo, a economia mundial, a financeirização e a formação de professores da educação básica, estabelecendo nexos e relações entre a lógica do processo produtivo capitalista (relações capital-trabalho) e a histórica da formação da classe trabalhadora, em particular, a formação de professores da Educação Básica. Os resultados evidenciam que, de acordo com os modelos produtivos do capitalismo, a relação capital-trabalho, baseada na exploração das forças produtivas, na propriedade privada dos meios de produção, na luta de classes antagônicas e nas guerras, corresponde a diretrizes curriculares na formação de professores da Educação Básica. Esses elementos evidenciam que as diretrizes da formação em geral, da especificidade da formação da classe trabalhadora e da particularidade da formação de professores, são resultantes de contingências e possibilidades na correlação de forças e na guerra entre classes sociais antagônicas que disputam os rumos da sociedade e da Educação. Além disso, ressaltam que a correlação de forças, desfavorável aos interesses emancipatórios da classe trabalhadora, tem impulsionado a tendência ao amoldamento subjetivo e ideológico do grupo, pela força da classe dominante e suas frações - empresariais, religiosas, militares e políticas conservadoras hegemônicas - processo operacionalizado pela financeirização da educação, das privatizações, das gestões público-privado, da negação do conhecimento, do recuo teórico, do idealismo, do relativismo científico, do negacionismo, da meritocracia, das concepções religiosas, do fundamentalismo, da platformização e da *accountability* da docência. A crítica pertinente demonstra contingências possíveis decorrentes da correlação das forças das classes e frações de classes, no rumo da economia política, indicando as seguintes tendências: (1) a barbárie que já se manifesta na violência, na retirada de direitos e na constitucionalização da barbárie, com expressão na formação inicial e continuada rebaixada e fragmentada na destruição da carreira docente, intensificação do trabalho docente, destruição da educação pública, laica, democrática, inclusiva, de qualidade socialmente referenciada; (2) a conciliação de classe prevalecendo a financeirização, o reformismo segundo a lógica do capital, com expressões no legislativo, executivo e judiciário e, consequentemente, na Formação de Professores para a Educação Básica, mantendo desigualdade históricas entre classes e redes de ensino; (3) a revolução, com base no levante popular da classe trabalhadora, assumindo e instalando o poder popular que altera a base material da existência, alterando relação capital-trabalho e as funções do Estado, consequentemente, a educação assume caráter socialista, emancipatório; (4) a luta popular da classe trabalhadora por um programa de transição, com base em reivindicações imediatas, mediatas e históricas, concretas, que a unificam, avançando no rompimento gradual e progressivo com os pilares do capital. Lutas econômicas, ideológicas, políticas, culturais por direitos e conquistas, por salários, condições de trabalho, carreira, organização, formação inicial e continuada com base na Resolução CNE/CP Nº 02 de 01/07/2015, Revogação das Reformas do Ensino Médio, da BNCC e BNC-formação. Luta pelo PNE Popular, pelo Sistema Nacional de Educação e, 10% do PIB para Educação. Concluímos que, com o avanço da extrema direita nazifascista, a tendência predominante é o enfraquecimento e

*Doutora em Educação pela Unicamp. Pós-Doutorado em Oldenburg, Alemanha. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo (GEPEC UFBA-UESC) e da REDE de Grupos de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL). Professora Titular Universidade Federal da Bahia (PROPAP). Professora Visitante UESC. Docente da Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação DCIE/UESC. Pesquisadora Produtividade Nível A do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5691238604320892> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3593-4279>

posterior extinção das tendências progressistas, humanistas, socialistas, incidindo diretamente sobre a consolidação do Plano Nacional de Educação, no Sistema Nacional de Educação e, na Formação de Professores para a Educação Básica.

Palavras-chave: Formação de Professores; Educação Básica; Política Educacional; Plano Nacional de Educação; Sistema Nacional de Educação; Política Educacional; Tendências Educacionais.

Introdução

O presente texto foi elaborado com o objetivo de subsidiar a palestra sobre “Formação de Professores da Educação Básica”, proferida no “VI Colóquio de Política e Gestão da Educação”, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação (GEPLAGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

A contribuição tem como referência as pesquisas realizadas pelos professores coordenadores dos Grupos de Estudo e Pesquisa, onde destacamos: Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, Faculdade de Educação (HISTEDBR/FEF/UNICAMP), coordenado pelos professor Dr. Demerval Saviani e José Claudinei Lombardi; Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (LOEDEFE/UNICAMP), coordenado Professor Dr. Luiz Carlos de Freitas; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE)¹; o Grupo de Estudo e

Pesquisa em Educação do Campo (GEPEC) e, a REDE de Grupos de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (REDE LEPEL), coordenado atualmente pelas professoras Dra. Celi Taffarel, Joelma Albuquerque, Marize Carvalho e Nair Casagrande.

Partindo da contextualização histórica, delimitamos como categorias teóricas a realidade, as mediações, as contradições e as possibilidades (Cheptulin, 1989) e, como categorias empíricas, o Capitalismo e a Economia Mundial, a Financeirização, a Luta de classes antagônicas (Marx, 2017; Montoro, 2023; Mello e Nakatani, 2021; Seufert, Herre, Monsalve, Guttal, 2021); a Formação de Professores para a Educação Básica na atualidade (ANFOPE, 2025); o Plano Nacional de Educação 2024-2034 (Dourado, 2025).

No presente texto, a Educação Básica é segue o entendimento do que diz a legislação Brasileira e compreende, especialmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), sendo um conjunto de etapas da educação escolar que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Nesse sentido, é importante dizer que a Educação Infantil (art. 29 a 31) possui as etapas creche, até 3 anos, pré-escola,

¹ A ANFOPE - <https://www.anfope.org.br/>, está completando 35 anos e realizou seu XXXII Encontro Nacional. <https://www.anfope.org.br/documento-final-do-xxii-encontro-nacional-da-anfope/> e está lançando seu Boletim: <https://www.anfope.org.br/atencao-publicado-o-boletim-1-2025-da-anfope/>

4 e 5 anos (sendo obrigatória a partir dos 4 anos, conforme Emenda Constitucional nº 59/2009), o Ensino Fundamental (art. 32), com duração de 9 anos, é obrigatório e gratuito na escola pública, com início aos 6 anos de idade. Já no Ensino Médio (art. 35), tem duração mínima de 3 anos e consiste na etapa final da Educação Básica.

As Modalidades da Educação Básica, segundo a LDB (Artigos 58 a 80 da LDB e legislações complementares) são:

1. Educação Especial
 - ✓ Oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.
 - ✓ Destinada a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
2. Educação de Jovens e Adultos (EJA)
 - ✓ Para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria.
 - ✓ Pode ser oferecida nos níveis fundamental e médio.
3. Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
 - ✓ Articulada com o ensino médio ou subsequente.
 - ✓ Voltada para a formação técnica e qualificação profissional.
4. Educação do Campo
 - ✓ Prevista no art. 28 da LDB.
 - ✓ Respeita as especificidades da vida rural, do trabalho no campo e da cultura camponesa.
5. Educação Escolar Indígena
 - ✓ Prevista no art. 78 da LDB.
 - ✓ Garantida como direito dos povos indígenas, bilíngue e intercultural, valorizando línguas e saberes tradicionais.
6. Educação Escolar Quilombola
 - ✓ Reconhecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 8/2012).
 - ✓ Voltada às comunidades remanescentes de quilombos, respeitando sua cultura, identidade e território.

Segundo o Censo Escolar de 2024², houveram 47,1 milhões de matrículas nas 179,3 mil escolas, dos quais 49,1% são atendidos pelas Redes Municipais de Educação, sendo 20,2 na Rede Privada. Em escolas Indígenas o quantitativo foi de 294.248 mil, nas escolas quilombolas foram 279.000 mil, nos Assentamentos 398.273 mil.

O Censo registrou 78,1 mil creches, sendo 33,1% dos alunos alocados em locais privados e 52,8 em instituições conveniadas. Quanto a Educação de Jovens e Adultos (EJA) temos enquanto dado 2.192.098 matriculados na Rede Pública. Ainda segundo o censo, são 2,3 milhões de professores e 163.987 diretores atuando em 179,2 mil escolas de educação básica no Brasil.

Os dados demonstram que 80,6% dos diretores são do sexo feminino, 91,4% têm formação superior e, somente 22,6% dos diretores possuem curso de formação continuada, com um

² Para mais informações sobre o censo é possível acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=sJRhLSUyM3k>.

mínimo de 80 horas, em gestão escolar. Esse levantamento demonstra, ainda, que 66 milhões não concluíram a Educação Básica e menos de 50% das crianças tem direito a Creche.

No presente texto, no que diz respeito a formação de professores, os dados estão delimitados pela legislação vigente, a saber: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e por um conjunto de Decretos, Resoluções e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Ministério da Educação (MEC). Sendo assim, temos:

1. Constituição Federal (1988)

- ✓ Art. 206, V → princípio da valorização dos profissionais da educação, com planos de carreira, piso salarial e ingresso por concurso.
- ✓ Art. 211 e 214 → União, Estados e Municípios devem organizar seus sistemas educacionais e garantir formação adequada de professores.

2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394/1996)

- ✓ Art. 61 a 67 → tratam especificamente da formação e valorização dos profissionais da educação. Exigências centrais:
 - Formação em nível superior (curso de licenciatura plena).
 - Formação mínima em nível médio (normal) apenas para docentes da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.
 - Formação deve articular teoria e prática, incluindo estágio supervisionado.

3. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores

- ✓ Resolução CNE/CP nº 2/2015 – define as DCNs para a formação inicial em nível superior (licenciatura, segunda licenciatura e formação pedagógica) e para a formação continuada.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 2/2019 – institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), alinhando a formação docente à BNCC (Base Nacional Comum Curricular).
- ✓ Resolução CNE/CP nº 1/2020 – trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores.

4. Políticas complementares

- ✓ Piso salarial nacional do magistério (Lei nº 11.738/2008).
- ✓ Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) → metas 15 a 18 tratam especificamente da formação, valorização e carreira docente.
- ✓ Programas de formação docente (como PARFOR, PIBID, Residência Pedagógica, ProUni e Fies para professores).

A situação da formação de professores, considerando os cursos em nível superior e, considerando dados de 2023, conforme exposto no quadro a seguir, é a seguinte: temos um total de 21.919 cursos de formação de professores no Brasil. O Nordeste do Brasil conta com 6.391 cursos e destes 1.465 são públicos. Os Cursos à distância somam 4.086 e estão localizados na iniciativa privada. O Sudeste aparece em segundo lugar no número de cursos com 6.034, sendo a maioria na iniciativa privada e à distância 3.057.

Diante os dados sobre docentes da Educação Básica nas Redes Municipais e Estaduais por situação funcional, regime de contratação ou tipo de vínculo, constatamos uma diferença entre os estados no que diz respeito a concursados/efetivos/estáveis, contrato por CLT, contrato

temporário, contrato terceirizado. Sendo assim, em Alagoas tem somente 37,6% dos docentes da Rede Municipal concursados tendo a maioria dos docentes com contrato temporário. Na rede estadual, o Acre conta somente com 19,4% de docentes concursados, sendo 79,3% com contrato temporário.

Tabela 1 – Levantamento dos cursos de formação de professores no Brasil.

CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL - 2023					
REGIÃO	PÚBLICO		PRIVADO		TOTAL
	PRESEN.	EAD	PRESEN.	EAD	
NORTE	799	56	195	2422	3472
NORDESTE	1465	219	621	4086	6391
CENTRO-OESTE	405	81	329	2059	2874
SUDESTE	783	140	2054	3057	6034
SUL	525	86	612	1925	3148
TOTAL	3977	582	3811	13549	21919
Fonte: Sistema e-mec (Abril/2023) – dados coletados e organizados por Matheus Lima de Santana					

Sobre violência e saúde dos professores encontramos o Observatório Nacional de Violência contra Educadores (ONVE), da Universidade federal Fluminense (UFF), apoiado pelo MEC e que realiza a pesquisa “A violência contra educadores como ameaça à educação democrática: um estudo sobre a perseguição de educadores no Brasil”. Os dados de pesquisas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) demonstram que 50% dos professores já sofreram algum tipo de violência no ambiente escolar — seja verbal ou física — e 80% deles já cogitaram abandonar a carreira.

Os dados demonstram, ainda, que 12,5% dos professores brasileiros relatam agressões verbais ou intimidação pelos alunos pelo menos uma vez por semana. A média entre os países pesquisados é de apenas 3,4%. Segundo a Controladoria Geral da União, em 2019, a taxa de professores que já havia sofrido violência chegou a 54% mostrando uma crescente normalização dessa violência (ANDI-Comunicação e Direitos). Os relatos de violência no ambiente escolar dizem respeito a insultos verbais, a pressão indevida, a assédio sexual, a intimidação com arma e violência física.

Violentas são também as condições de trabalho precário nas escolas, através da plataformização, das parcerias público-privadas com ingerências de instituições militares, religiosas e políticas partidárias como o Movimento Escola Sem Partido e a ingerência do agronegócio, dos latifundiários, das Mulheres do Agronegócio em escolas do Campo. A financeirização, ou seja, o sistema do capital portador de juros, capital fictício, capital de crédito ronda com seus tentáculos assassinos, não só a terra, a natureza (Seufert *et. al.* 2023), a instituição escola e também a vida privada dos professores, com empréstimos a juros exorbitantes (Melo e Nakatani, 2021) também são elementos que contribuem para o cenário de violências.

Também são fatores os péssimos salários e a constante desvalorização profissional com salas superlotadas, falta de apoio institucional, campanhas de difamação, perda da autonomia pedagógica interferindo na saúde mental e no esgotamento dos professores. A sobrecarga de trabalho e a falta de apoio institucional contribuem como estressores significativos. O Estudo identifica, ainda, que a exigência excessiva e o ambiente caótico (com indisciplina e ruído) contribuem de forma expressiva para afastamentos por estresse e problemas emocionais.

O estudo da Fundacentro, em 2023, destacou que os transtornos mentais — como síndrome de burnout, estresse e depressão — são as principais causas de afastamentos entre professores, superando inclusive os problemas de voz. Os dados mostram que mais de 150 mil professores da rede pública foram afastados por questões de saúde mental (como esgotamento emocional, depressão ou burnout), segundo a CNTE com base em dados do INSS.

Em 2024, o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, implementou um Projeto de levantamento de dados sobre Violência nas Escolas com a campanha “Escola que Protege!”, tendo como pontos observados pelo projeto os ataques de violência extrema em ambientes escolares; influência de fatores socioeconômicos nas violências ocorridas no entorno das escolas; formas de violência intraescolar como *bullying*, discriminação racial e de gênero; a presença e a ausência de estruturas institucionais voltadas à preservação e ao enfrentamento de violências.

Segundo o levantamento, desde 2021 ocorreram 43 ataques de violência extrema, sendo vitimadas 168 pessoas com 27,9 vítimas fatais e 68,4 vítimas feridas, 6 autores vieram a óbito. O que constatamos, é que a escola, em tempos de crise (Noronha, Vieira, Frota, Tamboril, 2017), não detém a violência que nela penetra encontrando muitas vezes os professores e, quando não vítimas, despreparados e desprotegidos para enfrentarem a violência. Os professores não estão eximidos da destruição de forças produtivas.

A seguir, levantaremos dados históricos sobre formação de professores para analisar a atualidade, onde constatamos a escola aprisionada, a barbárie sendo constitucionalizada e a

formação de professores e dos profissionais da Educação em geral submetida a lógica perversa do capital, pela via das competências para adaptação ao mercado de trabalho do destrutivo explorador e opressor capitalismo com seus ajustes estruturais e guerras que colocam a humanidade em risco no planeta.

As Contingências históricas: As ideias pedagógicas na periodização com critério político

Para analisar as tendências na Formação de Professores da Educação Básica, dentro da tendência geral de destruição de forças produtivas e dentro delas a principal das forças produtivas, que é a classe operária, a classe que produz o capital, aquela que, de fato, é a fonte, por seu trabalho, pela sua força de trabalho, de desenvolvimento de toda a civilização (Lambert, 1969; Taffarel e Beltrão, 2019; Lavoura, Alves, Santos Junior, 2020). Desse modo, se faz imprescindível recuperar a História do Brasil, a História da Educação, a História das ideias pedagógicas no Brasil, bem como as necessidades, as contingências e as possibilidades na atualidade.

Demerval Saviani (2007) nas obras clássicas “História das ideias pedagógicas no Brasil” e “A Pedagogia no Brasil” destaca que a “continuidade na descontinuidade dos eventos educacionais” exige uma periodização, e nos seus estudos foram parâmetros políticos (Saviani, 2007, p.12).

Os eventos, a partir dos quais foram definidos os marcos da periodização utilizada por Saviani foram:

- 1549. Chegada dos Jesuítas. Manoel da Nobrega. Inicia a educação formal, com ideias pedagógicas próprias da educação tradicional de cunho religioso
- 1759. Jesuítas são expulsos pelo Marques de Pombal e abrem-se as ideias da reforma pombalina, prospera visão iluminista de inspiração laica.
- 1932. Divulgação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Entre 1920 a 1924 propagam-se ideias que culminam com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE). Movimento renovador das ideias pedagógicas prosperando o ideário da Pedagogia escolonovista. O “Manifesto dos Pioneiros”, confronta-se com as ideias pedagógicas do grupo religioso, principalmente católico, ocorrendo equilíbrio entre estas forças até 1940.
- 1940. Elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). . Uma vez aprovada a Constituição de 1946, cabia ao Governo Federal fixar diretrizes e bases da Educação nacional através da promulgação pelo Congresso nacional. Forma-se uma Comissão de maioria do movimento renovador.
- 1961. Primeira LDB é promulgada. São ensaiadas experiências renovadoras, mas com os católicos sem abrir mão de tendência religiosa. As tendências entram em crise e surge um novo ideário, a pedagogia tecnicista.
- 1969. Golpe militar de 1964 e a tendência tecnicista da educação passa a ser a pedagogia oficial, não sem resistência de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora que elaboravam e difundiam os ideais construtivistas das teorias crítico-reprodutivistas. Entra em vigor a Lei 5.549 da Reforma Universitária – regulamentada

pelo Decreto n. 464 de 11/02/1969 que introduz as habilitações técnicas no Curso de Pedagogia.

- 1980: I Conferência Brasileira de Educação (CBE). Além das denúncias surgem as ideias de alternativas a pedagogia oficial. Necessidade de uma pedagogia crítica que não fosse reprodutivista.
- 1991. Realização da sexta e última CBE Conferência Brasileira de Educação. A formulação de propostas pedagógicas críticas sofre uma “ducha de água fria” e se inicia uma nova fase.
- 1996. Ocorre o Primeiro Congresso Nacional de Educação (I CONED) e a segunda LDB é promulgada. Prevalece a pedagogia oficial e remove-se o projeto educacional defendido pelo movimento educacional organizado. Educadores demonstram disposição de resistir às ideias pedagógicas dominantes, criticando e formulando alternativas a política Educacional com foco na prática pedagógica

Deste estudo, Saviani (2007) formula a hipótese de trabalho com a seguinte periodização:

1º Período (1549-1759): monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional.

2º Período (1759-1932): coexistência das vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional.

3º Período (1932-1947): pedagogia tradicional e nova equilibradas.

4º Período (1947-1961): predomínio da pedagogia nova.

5º Período (1961-1969): crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista.

6º Período (1969-1980): predomínio das ideias pedagógicas tecnicistas, desenvolvimento da tendência crítico reprodutivista.

7º Período (1980-1992): emerge a pedagogia histórico-crítica e outras propostas alternativas.

8º Período (1991-1996): neotecnicismo, neoconstrutivismo, neoescolonivismo.

O autor encerra a periodização no livro perguntando “que rumo tomarão as ideias pedagógicas no Brasil?” (Saviani, 2007, p. 15), questionamento que estamos hoje a responder considerando a Formação de Professores da Educação Básica.

Destacamos que desde a década de 1970 o estudioso veio estruturando a teoria crítica de caráter dialético, articuladora da relação entre educação e suas múltiplas dimensões sociais, tendo em vista a transformação da sociedade na perspectiva da classe trabalhadora (Saviani, 2008; 2013).

Encerra-se aqui a contribuição dos livros que são datados e iniciam-se as elaborações de novas pesquisas, novas publicações dentre as quais destacamos a proposta de periodização sintetizada em entrevista concedida aos professores Jorge Fernando Hermida e Jailton de Souza Lira, publicada na Revista Educação e Sociedade (2018), onde Saviani propõe quatro períodos sendo o 4º Período (1969-2015) com o predomínio da concepção produtivista, assim constituído 4º Período (1969-2015):

1. Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969–1980);

2. Ensaios contra-hegemônicos: pedagogias da “educação popular”, pedagogias da prática, pedagogia crítico-social dos conteúdos e pedagogia histórico-crítica (1980–1991);
3. O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnismo (1991–2001);
4. Advento do modelo de avaliação orientado pela formação de rankings e baseado em provas padronizadas aplicadas uniformemente aos alunos de todo o país (2001-2015).

Tornam-se hegemônicos na Educação os interesses da classe capitalista empresarial dominante, que atua através da “nova direita”, sustentando “velhas ideias”, com a privatização, a padronização, os testes, e *accountability* (responsabilização), intensificando a dinâmica da destruição da escola pública controlando o processo e precarizando o magistério com a plataformização do trabalho docente. Atuando com os aparelhos hegemônicos do Estado e da Sociedade Civil (Liguori; Voza, 2017, pp.44-45), introduzindo nas escolas a pedagogia das forças armadas – pedagogia do quartel - militarizando a educação, a pedagogia, a escola, introduzindo a pedagogia das religiões (Manso, 2023), principalmente fundamentalistas, atacando a autonomia pedagógica dos trabalhadores da Educação (Freitas, 2018).

Segundo Freitas, a ofensiva do capital sobre a educação altera substancialmente sua concepção, sentido e função social. Paulatinamente, o setor financeiro passa a gerenciar a educação em nosso país submetendo aos interesses econômicos. Esses dados e fatos reforçam que não se trata apenas de negócios, mas de uma face do imperialismo na educação, que vem gestando gigantes como o Kroton e impondo à educação alterações em seu *ethos geocultural* para corresponder as necessidades do *ethos da geopolítica econômica do capital*.

Ainda segundo Luiz Carlos de Freitas (2019), a constitucionalização da barbárie induz um processo de privatização, o qual induz à vivência da concorrência e da meritocracia. Esta, por sua vez, justifica a barbárie realimentando todo o círculo sob pressão da crise sistêmica do capitalismo. Este círculo vicioso se converte em uma espiral de violência protofascista que se não for interrompida, levará as formas fascistas de organização social (Freitas, 2019) e o que vamos enfrentar no próximo período é o aprofundamento da constitucionalização da barbárie caso a classe trabalhadora organizada não entre em ação.

A “Escola sem Partido” (Frigotto, 2017; Frigotto *et al.*, 2018), o ataque ao Plano Nacional de Educação (Dourado, 2017), as contrarreformas empresariais (Martins; Sabia, 2024), Escolas Charters e vouchers (Almeida; Previtali, 2024) somam-se no projeto de destruição da escola pública. A obra “Educação Contra a barbárie”, organizada por Fernando Cássio (2019), demonstra a barbárie gerencial que não assegura o direito à educação, defende a ideia do empreendedorismo, a despolitização nas políticas educacional, a militarização o

obscurantismo contra a liberdade de ensinar. A obra ressalta a necessidade da luta contra a barbárie.

A Particularidade na Formação de Professores e a economia política

Para aprofundar explicações sobre a formação de professores para a Educação Básica, vamos explicitar o que é compreendido atualmente como economia política e a formação de professores, acrescentando elementos na periodização proposta por Saviani (2007), tanto para as ideias pedagógicas, quanto para a formação de professores para a Educação Básica, a partir da periodização da economia-política.

Economia política diz respeito as bases de produção e circulação das mercadorias para manutenção da existência humana e relações sociais estabelecidas a partir daí. Em cada modo de produção e reprodução da vida, desde as comunidades primitivas, estabeleceram-se relações de produção. No modo de produção capitalista, as bases da produção são a propriedade privada, a concentração da riqueza, a luta de classes e a manutenção do poder da burguesia através de ações do Estado, onde se aloja a burguesia e os aparelhos ideológicos que mantem como dominantes, as ideias da classe dominante (Marx, 1986).

A formação humana pode ser reconhecida nos primórdios da humanidade, nas formações econômicas pré-capitalistas (Marx, 1986), nas primitivas sociedades comunais, no comunismo primitivo, na antiguidade clássica (greco-romana), nas comunidades camponesas primitivas, sejam elas orientais, asiática, germânicas, em períodos escravistas, nas formações econômicas pré-capitalistas, no feudalismo ao Capitalismo (Oliveira; Gennari, 2009) e nos períodos de transição dos modos de produção (Saad Filho; Boffo, 2020).

Manacorda (1989) e Ponce (2000) contribuem para elucidar a educação da comunidade primitiva à educação da burguesia. O que perpassa os modos de produção e, as relações sociais de produção é o acesso ao conhecimento, como elemento chave que define a posição dos indivíduos nas relações sociais de produção da vida.

Desde o primeiro curso de formação de professores, instituído por São João Batista de La Salle, em 1684 em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres (Saviani 2009), podemos constatar os interesses dos que detinham os meios de produção e, portanto, controlavam as forças de trabalho que mantinham as condições de vida – alimento, casa, vestimenta etc.

Especificamente na formação de professores vamos constatar, ainda segundo Saviani (2009), seis períodos na história da formação docente para a Educação Básica brasileira, sendo eles:

1. Esse período se inicia com o dispositivo da “Lei das Escolas de Primeiras Letras”, promulgada em 15 de outubro de 1827³, que obrigava os professores a se instruir no método

³ O dia do professor e da professora é comemorado desde 1963 no dia 15 de outubro. O Decreto a respeito foi assinado no Governo de João Goulart (1961-1964), f Decreto nº 52.682 indicando que essa ata é para se comemorar o Dia Nacional do Professor. Essa data foi escolhida em função do dia em que se promulgou o primeiro

do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.

2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola modelo.

3. Organização dos Institutos de Educação (1932- 1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.

4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).

5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971- 1996).

6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).

Acrescentamos dois períodos, sendo eles:

7. Aprovação de Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores para Educação Básica (BRASIL, 2002 e 2015), o Plano Nacional de Educação (2014-2024).

8. De 2013 a 2025 - Período de golpes, em 2016 contra presidente eleita Dilma Rousseff. Tentativa de Golpe em 2023, com os atos do 08 de janeiro. Com a posse do golpista Temer na presidência da república são aprovadas a Lei do Teto de Gastos congelando investimentos em Saúde e educação por 20 anos, Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, a Terceirização sem fim, a reforma do Ensino Médio, BNCC, BNC-Formação.

As tentativas imperialistas de golpe contra a soberania nacional continuam na atualidade e pode ser constatadas na ingerência dos Estados Unidos com taxações, com sanções econômicas, imposições ao Judiciário e na promoção pela extrema-direita, do assalto aos fundos públicos através de “emendas Parlamentares” e a paralisação dos trabalhos do legislativo, como ocorreu na primeira semana de agosto de 2025, com o intuito aparente de anistia a Bolsonaro e seus generais, mas com pretensões imperialistas obscuras de assaltar as riquezas do Brasil.

Leda Scheibe (2004, p. 177-193) em seus estudos demonstra que:

a reforma da formação inicial de professores da educação básica, em implementação pelo Estado brasileiro desde os anos de 1990. Os elementos centrais dessa reforma evidenciam que o processo de profissionalização toma por base conceitos e práticas que têm origem no campo do trabalho. A noção de competências ocupa lugar central e implementa uma nova lógica educativa, subordinando a esta o currículo e a organização das instituições de formação, objetivando construir um novo tipo de professor, com capacidades subjetivas consoantes àquelas demandadas pelo mercado e pelas novas formas de sociabilidade exclusiva que caracterizam as sociedades capitalistas contemporâneas. O dispositivo legal mais recente – a Portaria nº. 1.403, de 9 de junho de 2003, que pretendeu instituir o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores, deu continuidade a esse processo de reforma referenciado em uma perspectiva técnico-instrumental, mas foi recentemente sustado pelo novo dirigente do

decreto no Brasil que continha uma lei educacional, ainda dos tempos do Império brasileiro, reinado de D. Pedro I que estabeleceu na Lei Artigo 3º um piso salarial nacional que somente em 2008, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2008) em seu primeiro mandato foi regulamentada através da LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, que institui piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Ministério de Educação, sob forte pressão do movimento dos educadores. As propostas pelas quais luta o movimento docente nas últimas décadas – formação de qualidade, incentivo às faculdades e centros de educação das universidades como espaços privilegiados de formação de professores, construção da profissionalização e da autonomia e do desenvolvimento intelectual do docente, precisam ser recuperadas neste momento, para que se transformem em efetivas políticas públicas.

As pesquisadoras Ademárcia Lopes de Oliveira Costa, Maria Irinilda da Silva Bezerra, Roberia Vieira Barreto Gomes, em suas investigações tendo por base documentos como LDBEN 9.394/96, Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015), Resolução CNE/CP nº 2/2019 (Brasil, 2019) e, a Resolução CNE/CP nº 4/2024 (Brasil, 2024), concluem que as diretrizes curriculares nacionais de formação de professores quando atreladas a uma política de Estado pode favorecer a autonomia e a flexibilidade na proposição dos cursos de formação de professores; porém, quando atrelada a uma política de governo, pode resultar em limitação e retrocesso, reverberando diretamente na educação básica.

Em nossas pesquisas levantamos a hipótese de que a política tem seus limites determinados pelo Capitalismo e a economia mundial capitalista, juntamente com a falta de referência a um projeto histórico superador do capitalismo, que nos leva a ilusões.

Os pesquisadores Menga Lüdke, Antônio Flávio Barbosa Moreira, Maria Isabel da Cunha (1999) no texto “Repercussões de tendências internacionais sobre a formação de nossos professores”, publicado no periódico Educação & Sociedade, já sinalizavam na análise de documentos legais a materialização das múltiplas facetas das políticas de formação, desde a definição das competências e habilidades, passando pela avaliação de desempenho e organização curricular. Destacam, também, que um sistema federativo de certificação de competências dos professores indica o processo de flexibilização do trabalho docente comprometendo a luta histórica dos educadores pela profissionalização do magistério.

O Banco Mundial (BM) desempenhou e desempenha um papel de mediador dos interesses imperialistas e capitalistas, definidos em instância do Fundo Monetário Internacional (FMI) e que enquadram diretrizes da Educação em geral, em especial na formação de professores. Essa é também a opinião de Torres (1998, p.173), para quem “as recomendações feitas aos governos da América Latina pelo Banco Mundial são muito mais relevantes, na prática, do que qualquer outro referente que venha de dentro ou de fora da região”.

Trata-se de orientações economicistas do Banco Mundial sobre o conjunto de propostas educacionais implementado por educadores. A perspectiva do custo-benefício, a consideração das leis do mercado, a aproximação entre as imagens da escola e da empresa, são traços comuns nas orientações economicistas. O FMI e o BM representam a racionalidade científica e a eficiência técnica segundo os interesses dos capitalistas, da burguesia nacional e internacional.

Constatamos nos nossos estudos que a disputa pelo projeto histórico se materializa, principalmente, em cinco âmbitos no campo educacional: (1) A disputa dos fundos públicos – orçamento da união. Financiamento da educação; (2) A disputa das leis, diretrizes – aparato legal (BNCC, BNC-Formação, Reforma Ensino Médio, etc.); (3) A gestão – público-privado; (4) O ataque aos/as professores/as: formação carreira, salário, condições de trabalho, organização. Seguridade social: assistência, previdência saúde; (5) A disputa teórico-metodológica – rumos da formação humana – o assalto a subjetividade humana – as fundamentações teóricas de diretrizes e currículos.

Segundo Martins (2019), o Plano é internacional e atua no setor empresarial, enquanto agentes e intelectuais da classe burguesa, que mantem projetos nacionais em vários países, constituem a Rede Latino-americana pela Educação, através de organizações empresariais, coalização com institutos, fundações, governos, terceiro setor, think tanks, big tech, os gigantes tecnológicos. São 15 Organizações distribuídas pelos países da América Latina e Caribe, sendo eles: Argentina - Proyecto EducAR; Brasil – Todos pela Educação; Chile - Fundación Educación; Colômbia - Fundación Empresarios por la Educación; El Salvador - Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo (Fepade); Equador – Grupo FARO; Guatemala - Empresarios por la Educación; Honduras - Fundación Educativa Maduro Andreu (Ferema); México - Mexicanos Primero; Nicarágua - Eduquemos/Empresarios por la Educación; Panamá - Unidos por la Educación/FUDESPA; Paraguai - Juntos por la Educación; Peru - Asociación Empresarios por la Educación; República Dominicana - EDUCA; Uruguai - Reachingu.

No Brasil, são Grupos privados ligados a Fundações e conglomerados financeiros como Roberto Marinho, Víctor Civita, Aírton Senna e Lemann, a empresas como Natura, Gerdau e Volkswagen, a grupos educacionais como o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), que atua desde 1986 e chega a 44 mil escolas no Brasil e “movimentos” como o Todos pela Educação, sendo esses alguns dos exemplos dos que atuam no Brasil por dentro das instituições de ensino e junto ao Ministério da Educação, disputando a formação da classe trabalhadora Brasileira. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIE), associação civil fundada em 1986, também atua na linha de incentivar parcerias público-privado na gestão educacional.

Na disputa sobre políticas curriculares, encontramos na obra de Malanchen (2015;2016), orientada pelo professor Newton Duarte, uma crítica radical a respeito das reformas sob a égide dos pós-modernos e do relativismo cultural. Malanchen (2015;2016) também nos apresenta uma crítica forte sobre as Políticas de Formação de professores à distância no Brasil.

Ligia Marcia Martins e Newton Duarte (2010), na obra “Formação de Professores: Limites contemporâneos e alternativas necessárias”, destacam a degeneração causada na formação a partir das orientações da economia política capitalista:

(...) lamentavelmente, um dos maiores legados do século XX para a formação de professores foi o acirramento de sua subserviência às demandas hegemônicas do capital. No âmbito educacional isso é letal, posto que o produto do trabalho educativo deve ser a humanização dos indivíduos, que, por sua vez, só pode ocorrer pela mediação da própria humanidade dos professores. Reitera a necessidade da crítica a essa situação, apontando o quanto ela ainda se faz presente (...) posto o risco de que os ideários oriundos do século XX, que se colocam a serviço da referida subserviência, avancem século XXI afora, trazendo do século passado aquilo que ele gestou de pior para a educação escolar (Martins e Duarte, 2010, p. 13).

A proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BNCFP), que foi publicada em dezembro de 2018⁴, tinha como ideia central da formação de professores inicial e continuada, as habilidades e competências. Esta concepção de formação humana e de sociedade, trouxe consequências extensas e com vasta tendência homogeneizadora no campo da formação, tanto inicial quanto continuada de professores.

Em 20 de Dezembro de 2019, foi publicada a Resolução CNE/CP Nº 2 (20/12/2019), que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Em 27 de outubro de 2020 foi publicada a Resolução CNE/CP Nº 1 (27 de outubro de 2020), em consonância com a o parágrafo 8º do art. 62 da LDB (BRASIL, 1994) “estabelece que os currículos dos cursos destinados à formação de docentes para a Educação Básica terão por referência a Base Nacional Comum Curricular”, que foi incluído pela lei nº 13.415, de 2017 que, por sua vez, está alicerçada pela lógica produtivista, tecnicista, neoliberal, voltada para competências e habilidade requeridas pelo mercado de trabalho.

O referencial “competências e habilidades” tem se tornado hegemônico em diretrizes curriculares da Educação Básica e da formação de professores, baseado nos princípios empresariais para qualificar profissionalmente os trabalhadores em decorrência das mudanças no terreno da gestão organizacional das empresas e também nas transformações tecnológicas em que processos informatizados passam a compor os meios de produção.

A pedagogia das competências é fundante as propostas curriculares da Educação Básica e da Formação de professores⁵. Marize Nogueira Ramos (2011), em sua obra “Pedagogia das

⁴ A Ministra Rossieli Soares da Silva assumiu o cargo de Ministro da Educação no final do mandato presidencial de Michel Temer, desempenhando a função de abril de 2018 a dezembro de 2018.

⁵ Ver mais a respeito in: OLMEDO, A; MACHADO, V. Base Nacional Comum na Formação de Professores para a Educação Básica.

competências: Autonomia ou adaptação”, apresenta formulações que nos permitem compreender o grau de adaptação da classe trabalhadora à lógica do capital pelo desenvolvimento de competências adaptativas aos processos de reorganização da produção capitalista, pelo avanço do neoliberalismo e pelo enfraquecimento e desmobilização dos movimentos de luta social da classe trabalhadora.

O Conselho Nacional de Educação não se deteve nas resoluções sobre formação inicial e continuada de professores, a tendência conservadora adaptativa ao mercado de trabalho capitalista e pauta os mesmos princípios de competências e habilidades na Base Nacional Comum para Formação de Professores

Rodrigues, Pereira e Mohr (2019), no texto intitulado “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BNCFP): Dez Razões para Temer e Contestar a BNCFP” destacam que na Resolução, os professores são os grandes responsáveis pelo suposto, atual fracasso e futuro sucesso da educação brasileira, bem como está recheada de chavões e ideias do senso comum e exigirá novas diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura, acrescidos de avaliações em larga escala que vão regular tudo. Segundo o documento, a BNCFP preza pela valorização ou testagem do professor, muda até a finalidade da educação, aquela que está na constituição e parece desconhecer o trabalho do professor. Sendo assim, a reivindicação consiste em licenciandos nas escolas ou a necessária habilidade de diferenciar qualidade e quantidade. Pela primeira vez, a formação do professor será baseada em competências e habilidades e as autoras destacam que o processo de aprovação das diretrizes foi verticalizado e, portanto, se faz necessário “pensar, conjuntamente - inclusive para a organização de resistências - qual projeto e caminho educacional defendemos e queremos, para a educação básica e para a formação de professores” (Rodrigues, Pereira e Mohr, 2019, p.31).

Concluem as autoras, então, que:

Por fim, as mudanças que têm ocorrido no campo educacional vêm operando no sentido de mascarar e desconsiderar influências de fatores extraescolares. Isto gera uma nefasta forma de organização das escolas e das instituições formadoras de professores, do trabalho didático-pedagógico, da estrutura da carreira docente e da construção das aprendizagens por parte dos estudantes. Estas, passam a incorporar o imperativo de ideias como individualização, competição, responsabilização e empreendedorismo com vistas a formar o trabalhador flexível do futuro mediante o desenvolvimento de competências e habilidades de caráter praticista e tecnicista. Isso apaga, sobretudo, as propostas que vinham sendo tecidas até então, asseguradas, inclusive, por via constitucional, que focavam no desenvolvimento da pessoa, da solidariedade, do respeito à diversidade e do fomento à pluralidade de ideias, concepções e metodologias. Nestes tempos sombrios, cabe-nos

https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conapesc/2021/TRABALHO_EV161_MD7_SA100_ID2245_1410202_1115047.pdf

ultrapassar o temor mediante conhecimento, reflexão e debate coletivo para construir ações de contestação e resistência (Rodrigues, Pereira e Mohr, 2019, p. 45).

A ANFOPE, por sua vez, através de suas instâncias organizativas no Brasil inteiro e de seus periódicos, Revista Formação em Movimento e o Boletim ANFOPE, apresentam elementos para a crítica e uma proposta superadora, defendendo princípios como os que se seguem:

- 1º a formação inicial, sempre presencial e em nível superior, e a continuada devem ser examinadas de forma contextualizada na sociedade brasileira;
- 2º a transformação do sistema educacional exige e pressupõe sua articulação com a mudança estrutural e conjuntural visando à construção de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária;
- 3º a gestão democrática da educação integrante da democratização da sociedade brasileira;
- 4º a autonomia universitária;
- 5º a reformulação, reconceptualização dos cursos de formação de professores como processo constante e contínuo, desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos e das demandas socioculturais;
- 6º a defesa da Universidade e suas Faculdades de Educação como *locus* prioritário para a formação dos profissionais da educação que atuam na educação básica;
- 7º a superação do caráter fragmentário e dicotômico da formação do pedagogo e dos demais licenciandos, que se materializa na organização curricular, reafirmando a docência como a base da identidade de todos os profissionais da educação;
- 8º a extinção gradativa da formação de professores em nível médio;
- 9º os princípios da Base Comum Nacional que dão ancoragem epistemológica e prática aos currículos de formação de professores.

Sobre a Base Comum Nacional (BCN) a ANFOPE defende sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos da educação básica, de modo a criar condições para o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional; unidade teoria-prática atravessando todo o curso e não apenas a prática de ensino e os estágios supervisionados, de modo a garantir o trabalho como princípio educativo na formação profissional; trabalho coletivo e interdisciplinar como eixo norteador do trabalho docente; compromisso social do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica de leitura do real e nas lutas articuladas com os movimentos sociais; gestão democrática entendida como superação do conhecimento de administração enquanto técnica e compreendida como manifestação do significado social das relações de poder reproduzidas no cotidiano escolar; incorporação da concepção de formação continuada visando ao aprimoramento do desempenho profissional aliado ao atendimento das demandas coletivas da escola; avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação, como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político-pedagógico de cada curso/instituição.

A formação de professores e a Educação Básica: As contradições na Formação e Atuação profissional e a necessidade da luta da classe trabalhadora

Ao destacarmos os documentos legais da formação de professores, culminamos na situação dramática da atualidade onde constatamos que não é uma política e por essa razão continua sujeita as políticas de governos, com restrições orçamentarias cada vez mais aprofundadas à medida que avança a financeirização do estado brasileiro, onde aproximadamente 50% do produto Interno Brutto é utilizado para pagamento de uma dívida impagável.

Para manter o pagamento de dívidas acima das políticas sociais de caráter emancipatório para a classe trabalhadora temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, transformada em Lei do Teto de Gastos e hoje o famigerado Arcabouço Fiscal.

Mesmo com a adoção de medidas estratégicas, que visavam assegurar o desenvolvimento de políticas de formação como a Portaria nº 09, de 30 de junho de 2009, com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), gerido pela CAPES e secretarias dos Estados e Municípios por meio de Fóruns, conseguiram resolver o problema crônico da falta de professores para o sistema de educação Básica no Brasil.

As principais críticas das Diretrizes aprovadas e homologadas são:

- (a) Os fundamentos da formação de professores estão atrelados a BNCC que por sua vez responde a “competências e habilidades” para adaptação ao mundo do trabalho que como vimos acima, é o mundo do trabalho alienador e conformador ao novo *ethos* geopolítico e geocultural imperialista;
- (b) o esvaziamento teórico de conhecimentos clássicos da área das teorias pedagógicas críticas;
- (c) a divisão entre formação inicial e continuada;
- (d) a descon sideração do que determina a valorização do magistério – além da sólida formação teórica, as condições de trabalho a formação continuada, salários, carreira, gestão democrática, financiamento da educação, organização dos trabalhadores da educação, entre outros.

O que nos fica demonstrado é que:

- (a) a formação avança pela iniciativa privada a distância com base na BNC-Formação, que está condicionada pela BNCC que por sua vez responde a lógica do capital – formação da classe trabalhadora com base nos mínimos;
- (b) a atuação profissional com base em contratos precários, com trabalho intensificado e perda da autonomia pedagógica, com salários defasados, sem cumprimento da Lei do Piso, em muitos lugares o que tem levado a confrontos duríssimos entre o corpo docente e os secretários de Educação de Municípios e Estado, a exemplo do que aconteceu no Município de Salvador.
- (c) Outro problema é que não existe um Sistema Nacional de Educação e as políticas locais definem os rumos da Educação;
- (d) Os programas realizados pelo MEC no que diz respeito a formação docentes – Mais Professores, Pé-de-meia e Exame Nacional Docente – estão confrontados com as decisões

da Política Educacional nos Municípios e nos Estados orientados pelos setores conservadores, de extrema direita, direita e centrão.

Para além dos dados do MEC, valemo-nos de pesquisa sobre a escola concreta em que os professores estão atuando. Constatamos, assim, com a contribuição do professor Luiz Carlos de Freitas que (1) a barbárie está sendo constitucionalizada; (2) a escola está aprisionada ao aparato legal que avança retirando a autonomia dos professores, (3) recai sobre os professores a responsabilização pelo fracasso escolar; (4) evidenciado em sistemas de avaliação censitárias, que já demonstraram seu fracasso em outros países, como os Estados Unidos; (5) a violência penetra na escola, pela via da burocratização, do controle, da censura, da perda da autonomia, das cobranças por metas, enfim, da violência da sociabilidade egoísta, individualista, egocêntrica capitalista, que assalta a subjetividade humana tornando os sujeitos da escola enfraquecidos na capacidade de enfrentar para superar tais contradições.

Os professores estão adoecidos demonstram os dados e estão morrendo em salas de aulas. Os sindicatos sob forte pressão política, estão combalidos em suas finanças, e os índices de sindicalização a cada dia estão caindo. Os dados sobre trabalho docente e sindicalismo, fornecido pelo CNTE são alarmantes.

Ao prevalecer a política para formação de professores em curso, a tendência é:

1. Obscurantismo – negação da ciência;
2. Recuo da teoria – emergência de *ethos neodarwinista* - universidades com degradação da vida acadêmica, ceticismo epistemológico – trivializar a questão do conhecimento e da verdade e sutil exercício linguístico - vocabulário destinado a assegurar a obediência e a resignação públicas (Marcondes, 2001);
3. Destruição da estrutura pública de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico: Cortes Orçamentários - desfinanciamento da pesquisa e da formação de pesquisadores;
4. Rebaixamento teórico via reformas curriculares;
5. Adoção de teorias curriculares pós-modernas e ao relativismo cultural;
6. Submissão à BNCC e a desvalorização da docência (ANFOPE);

A atualidade exige o estabelecimento do critério da economia política para periodização da educação e plano de ação a curto, médio e longo alcance. Para compreender este processo de produção dos bens, apropriação privada e a permanência de um sistema de exploração e opressão, é necessário compreendermos como se mantém uma estrutura que está levando a humanidade ao colapso.

Para caracterizar os elementos centrais do projeto histórico hegemônico, o capitalista, e os rumos da Economia Mundial (Montoro, 2023), vamos nos valer da Figura 1, que inclui os elementos centrais da sociabilidade capitalista a ser considerada na análise.

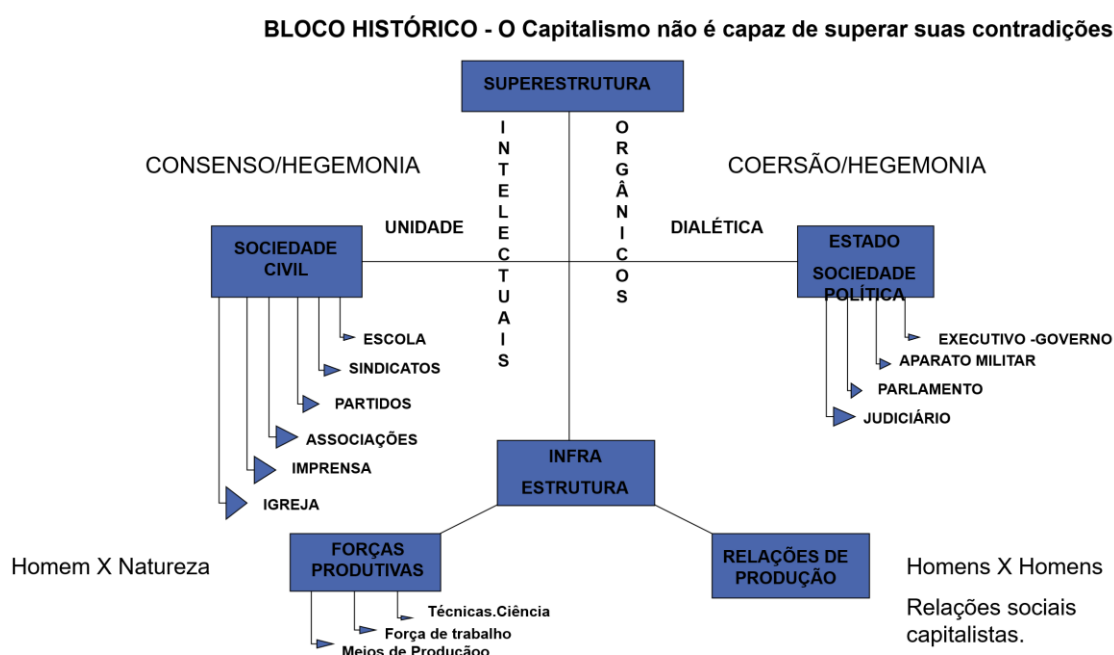
A formação de professores para a Escola Básica não se dá nas nuvens. Ela acontece nas condições reais e concretas neste momento histórico e de ajuste estrutural do capital a nível

mundial. Dentre as medidas, destacam-se (a) as **privatizações, desestatização**, desvinculação, **desobrigação**, defendidas com o mantra de maior eficiência das empresas privadas do que os serviços públicos; (b) a **desregulação, desindexação** dos mercados, incluindo várias outras medidas (liberalização de investimentos estrangeiros, redução de impostos, quebra das barreiras de importação, apropriação da biodiversidade, dos bens naturais, etc.); a (c) garantia dos direitos de **propriedade** (Montoro, 2023).

Os elementos aqui apresentados são indissociáveis e na dinâmica concreta do modo de vida capitalista, determinam em primeira instância o que é o mais sensível, mais aparente e imediato, até a última instância, que são as determinações da economia política da vida concreta material.

Para manter a existência humana nos valem da natureza, pelo trabalho, acrescido de forças que permitem a garantia da vida e produzimos bens (mercadoria) que possuem valor de uso e de troca. Ao longo da história vamos encontrar diferentes modos de produção (Primitiva, escravista, feudal, capitalista) e, a circulação e apropriação dos bens (mercadorias), que no sistema social de trocas adquire valores. Estes valores são definidos e apropriados desde a produção dos bens, com base na propriedade privada dos meios de produção, a exploração da força de trabalho pela via do trabalho escravo ou assalariado, com a expropriação, o roubo do trabalho não pago até a acumulação de riquezas pela via dos juros, lucros, com a financeirização da economia.

Figura 1 – Bloco Histórico



Fonte: Elaboração Própria

A criação do Estado como o conhecemos hoje decorre da necessidade de dirimir conflitos decorrentes de classes antagônicas, assegurar direitos e exercer o poder político. Este Estado que tem as funções de garantir o cumprimento de leis, a infraestrutura para a produção e circulação de mercadorias e segurança, abriga em seu interior classes. A classe que acumula riquezas é hegemônica, e tem sua base na produção de bens via propriedade privada dos meios de produção, exploração da mais-valia, trabalho análogo a escravidão e não pago. Também é hegemônica na luta de classes, impondo sua ideologia pelos aparelhos privados de hegemonia de suas ideias, as ideias da classe dominante e, atualmente, mantem-se no poder pelo voto popular e não participativo da sociedade civil que está organizada em aparelhos ideológicos, ou seja, formas de produção da vida e da cultura, com base nas ideias da classe dominante.

A ideologia da classe dominante é uma construção histórica da subjetividade humana da classe trabalhadora, pelo acesso ao patrimônio cultural da humanidade ou não, que constrói a visão de realidade, segundo a qual atuamos nas relações sociais de produção da vida. Por coesão ou por coerção, se valendo dos aparelhos ideológicos privados, ou do braço armado do Estado, que são as forças armadas, mantem-se a super e infraestrutura da sociabilidade capitalista.

A figura destaca a função social dos intelectuais orgânicos das classes que podem servir de maneira organizada a classe trabalhadora, que consiste nos sindicatos, partidos de esquerda, movimentos populares de luta social, setores pertencentes a movimentos religiosos, a educação escolarizada, formal ou informal, movimentos culturais ou a classe dominante, considerada como classe burguesa e capitalista.

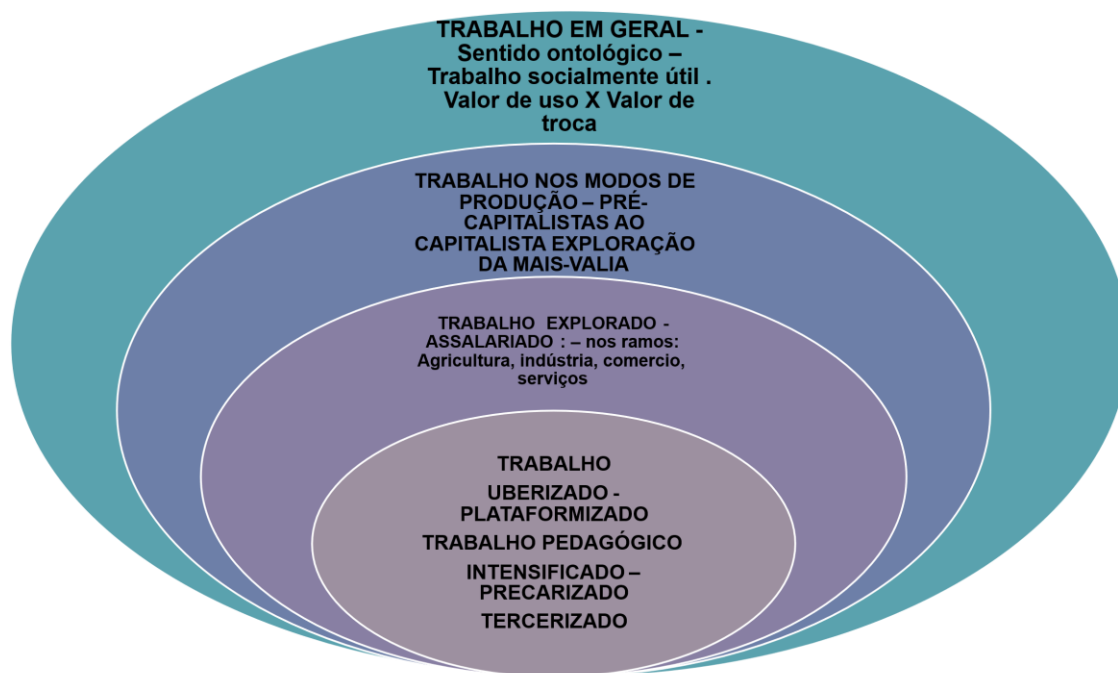
Todo o sistema de produção material da vida da humanidade encontra-se, na atualidade, em colapso, porque tanto as forças da natureza como as forças produtivas, culturas progressistas e humanistas estão sob ferrenho ataque das guerras em curso, sejam elas convencionais, irregulares, híbridas, econômicas, de movimento, de posição ou culturais.

Com a queda tendencial dos lucros capitalistas, e com a acumulação e concentração de riquezas, as saídas para as crises do capital são ajustes estruturais, imposições e sanções econômicas, reestruturação da produção, reformas do estado, retirada de direitos, destruição de serviços públicos, privatizações, assalto aos recursos públicos como bens materiais como o orçamento da união com as emendas secretas, ou pagamento de dívidas públicas impagáveis, bem como ataques a cultura, a autodeterminação e a democracia, com regressão social até a barbárie dos infundáveis confrontos bélicos e as guerras de extermínio de populações. Exemplos não nos faltam na atualidade que passam por todos os continentes, como é possível visualizar nas eminências da guerra nuclear, nas catástrofes climáticas e na

regressão social. Com isso, conclui-se que o modo de produção capitalista não tem saída para suas crises a não ser a devastação.

O duplo caráter do trabalho, no sentido ontológico da garantia da existência da humanidade e no caráter que assume no modo de produção capitalista, passa a ser a centralidade da disputa de projeto histórico para além do capital com o projeto histórico capitalista.

Figura 2 – Trabalho em geral e Trabalho socialmente útil.



Fonte: Elaboração própria

Segundo Marx (2013), o processo de acumulação de riquezas, desde os primórdios, se dá pelo direito a propriedade privada e o direito a explorar o trabalho alheio:

Deu-se assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza de poucos que cresce continuamente, embora há muito tenha deixado de trabalhar. (...) Na história real, como se sabe, o papel principal e desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. (...) Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoráveis os únicos meios de enriquecimento (...) Na realidade, os métodos de acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (MARX, 2010, p. 785-833).

No Volume III de O Capital, Marx (2010) explica o processo global da produção capitalista, em especial na seção III – Capítulos 13 e 14 – quando diz da lei da queda tendencial da taxa de lucro e causas contra-arrestastes. O *modus operandis* do capital é “Crise-ajuste-crise”, intensificando a luta entre classes sociais, demonstrando que capital não convive com soberania, democracia, direitos e preservação do meio ambiente (Montoro, 2023).

Para manter taxas de lucro e interferir na queda das mesmas, com medidas contra-arrastante, vemos o aumento do grau de exploração do trabalho; compressão dos salários abaixo do seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; superpopulação relativa; o comércio exterior; o aumento do capital acionário (Marx, 2010, p. 245-308).

Lenin (2007) constatou que a concentração da produção e monopólios, como os bancos e seu novo papel de financeirizar a economia, fez surgir o Capital e oligarquias financeiras, bem como a exportação de capitais e a partilha do mundo entre as associações capitalistas. Essa partilha entre grandes potências levou ao parasitismo e a decomposição do capitalismo com suas guerras, estas que compõem o imperialismo, ou seja, fase superior do capitalismo.

Rosa de Luxemburgo (1988), em sua obra sobre a ampliação do capital, ressalta que o capitalismo não supera suas contradições, sendo assim, para manter acumulação, busca a conciliação de classe e propõe pequenas reformas e o aumento de deputados. O Capitalismo não é progressista e nem pacífico, e seu desenvolvimento depende da colonização e destruição de economias, que não correspondem ao modelo de produção capitalista: a pilhagem é própria do capitalismo.

Ainda segundo Rosa de Luxemburgo (1988), o capital pinga sangue e sujeira de todos os seus poros, não apenas em seu nascimento, mas durante toda a sua marcha através do mundo, é assim que ele prepara, em meio a convulsões cada vez mais violentas, a sua própria ruína. O militarismo acompanha as etapas da acumulação em todas as suas fases históricas e o Período da acumulação primitiva, até a colonização moderna, destrói as organizações sociais e se apropria de meios de produção, impõe comércio de mercadorias.

A proletarianização violenta de indígenas e imposição do trabalho assalariado bem como o militarismo, são armas na concorrência dos países capitalistas em luta pela partilha de territórios da civilização não capitalista, ou seja, é órgão de dominação capitalista. A militarização é um campo de acumulação da mais-valia e seus custos são sustentados pela classe trabalhadora, sendo esse um investimento econômico para o capital.

Segundo Trotsky (1937) o dinamismo da economia e a dimensão dos armamentos bélicos são preparação para guerras. As relações econômicas entre as grandes potências capitalistas indicam a corrida aos armamentos e corrida econômica, com isso, aumentar armamento não diminui perigo de guerra. A máquina de guerra prepara meios de produção em massas; abastecer de provisões suficientes de matérias-primas, educar novos quadros de comando; instruir o material humano. As forças armadas não são um fim em si, mas um instrumento da política, que, por sua vez é um instrumento dos interesses materiais. A guerra pode eclodir no momento final do programa de “rearmamento” que deveria assegurar “a paz”. Acontecimentos políticos podem acelerar ou retardar o instante da eclosão. (Trotsky, 1937).

Trata-se da luta de classes em meio a conflitos e confrontos bélicos. Sobre classes sociais, Segundo Marx, (2017, p.947) existem três principais:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários. Que têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista”.

O confronto de classes antagônicas tem gerado forças destrutivas e nesse processo as guerras e sua cadeia produtiva, as privatizações e o desmantelamento dos direitos sociais ocupam centralidade (Montoro, 2023). No caso das guerras, cada vez mais frequentes, observa-se como resultado grande destruição econômica, para posterior reconstrução, até o extermínio de um povo como são os exemplos de povos indígenas e atualmente o extermínio do povo Palestino para se apoderar de suas terras e suas riquezas, com a consequente ampliação do mercado armamentista, que não pode ser identificado como forma produtiva, mas sim força destrutiva.

Entre as forças destrutivas do capital, conta-se o sistema de extorsão pelo endividamento público, as taxas de lucro, os sistemas de proteção do capital em detrimento do sistema de proteção da classe trabalhadora. Para isso, conta com a atuação de organismos transnacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que se especializaram em planejar, propor e conduzir agendas de reformas, tanto econômicas quanto sociais.

Segundo Montoro (2014), os ajustes fundomonetarista além de não solucionarem os problemas que geram as crises, são os principais causadores das crises seguintes, provocando um movimento de “saída à diante” (crise → ajuste → crise), o que revela o caráter incorrigível do sistema capitalista. Ao aplicar a política fundomonetarista dos ajustes e contrarreformas, ocorrem em maior ou menor proporção agressos que geram, consequentemente, **importantes resistências sociais**, de modo que sua imposição não pode ser realizada plenamente, mas é sempre limitada por **essas resistências**. Portanto, o ritmo, a intensidade e a amplitude de sua aplicação estão condicionadas por **conflitos sociais que fazem parte da luta de classes** que preside a reprodução capitalista (Montoro, 2023).

Não instituídos as recomendações do FMI e Banco Mundial, não satisfeitos com a pilhagem, os imperialistas recorrem as guerras em suas mais diversas formas históricas. Tipos de guerra: Guerras convencionais (Tzu, 2021; Clausewitz, 1832); Guerra Social (Engels, 2008); Guerras Mundiais (Secco, 2020); Guerras de Movimento ou Manobra, Guerra de Posição (Gramsci, 1926); Guerra Fria ou Guerra Econômica (Hobsbawm, 1995; Moniz Bandeira, 2022; Perkins, 2008; 2018, Alliez; Lazzarato, 2021); Guerra irregular

(Seabra, 2019; Visacro, 2009; Lisboa e Montenegro, 2021); Guerra Híbrida (Korybko, 2018; Penido e Stédile, 2021); Guerra civil oculta e Guerra civil aberta (Fernandes; 2018); Guerra Camuflada – Militares e Política. Da ditadura a aliança com Bolsonaro, (Victor, 2022; Lentz, 2022; Soares, 2019); Guerra Cultural (Wood; Foster, 1999; Murray, 2022); disputa da hegemonia cultural, das ideias, tendo como referência o relativismo epistemológico, ideológico, cultural. Disputa de valores, identidades e narrativas.

Raphael Seabra (2019) tem ilustrado muito bem o que são as guerras irregulares, considerando a classe trabalhadora e suas lutas na América Latina. Noam Chomsky (2017), em sua obra “Quem manda no mundo?” demonstra que os Estados Unidos são o principal Estado terrorista e o demonstra com a luta de classes e dados sobre o declínio Norte-Americano, sobre acordos não cumpridos e o relógio do juízo final.

A Escola não está incólume as guerras e a militarização (Da Silva, 2023; Garcia, 2015; Horta, 2012; Manso, 2023; Victor, 2022; Wood e Foster, 1999). Para ilustrar o embate atual na educação, no que diz respeito a ideologia da classe dominante onde destacamos os campos dos embates e os temas prioritários: Currículo. Formação de professores, História e Memória, Material Didático, Programas e Políticas.

Na obra de Engels (2008), datada de 1845, “A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra”, encontramos um registro da situação a qual hoje retornamos, em decorrência das reformas que estão sendo implementadas.

Nos diz Engels

Na escala em que, nessa **guerra social**, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: Lançado neste turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (...) Durante o período em que permaneci na Inglaterra, a causa direta da morte de vinte ou trinta pessoas foi a fome, em circunstâncias as mais revoltantes; mas, quando dos inquéritos, raramente se encontrou um júri que tivesse a coragem de atestá-lo em público. Os depoimentos das testemunhas podiam ser os mais claros e inequívocos, mas a burguesia – a que pertenciam os membros do júri -, encontrava sempre um pretexto para escapar ao terrível veredicto: morte por fome. Nesses casos a burguesia não deve dizer a verdade: pronunciá-la equivaleria a condenar a si mesma. Muito mais numerosas foram as mortes causadas indiretamente pela fome, porque a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais: as vítimas viam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias, poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos determinaram a gravidade que levou à morte. A isso chamam os operários ingleses de **assassinatos sociais** e acusam nossa sociedade de praticá-los continuamente. Estarão errados? (Engels, 2008, p. 69).

A figura 3, por nós elaborada, relaciona elementos da economia política que, em última instância, determina as tendências em educação básica e formação de professores na atualidade. Assim, traçamos a linha da história, incontornável, que não depende de narrativas, e demonstram a luta de classes que vem sendo travada no Brasil.

A figura demonstra, como, ao longo da história, a economia política capitalista vai se impondo, determinando a sociabilidade, não sem muita luta entre forças sociais antagônicas, a classe que detém a propriedade privada e explora o trabalho humano e a classe que conta somente com sua força de trabalho.

O capitalismo Mercantil que demarcou o período de 1500 a 1850 provocou a destruição da mata, o genocídio e a escravização de indígenas e africanos. O Capitalismo industrial, alicerçado no trabalho de imigrantes, demonstrou entre 1850 e 1930 o que significa a superexploração do trabalho, o que suscitou as necessárias lutas que culminam em conquistas como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) criada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de Maio de 1943, pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo.

Tais conquistas foram destruídas com as reformas da previdência, reforma trabalhista, terceirização sem fim e o golpe militar de 1964, que representou a imposição de um modelo econômico de interesse dos capitalistas, empresários, que colocou o Brasil em posição subserviente a interesses do capital estrangeiro e introduziu um modelo que culmina no endividamento público e na posição do Brasil em um país agroexportador.

Na década de 1990 cresce o latifúndio, o agronegócio, a implementação de políticas econômicas neoliberais, ditadas pelos organismos internacionais, aos quais o Brasil se vê subordinado. Cresce a financeirização e a roda da economia com base em capitais fictícios, de juros, de extorsões e de endividamento. Atualmente aproximadamente 50% do produto Interno Bruto é para garantir o pagamento da dívida e todas as políticas sociais estão subordinadas ao arcabouço fiscal, as denominadas “leis de responsabilidade fiscal”. Os interesses da elite, burguesa, capitalista, se sobrepõe aos interesses emancipatórios e as reivindicações básicas da classe trabalhadora.

A este desenvolvimento capitalista corresponde um projeto de formação da classe trabalhadora. Para manter uma população de milhões submissa a lógica capitalista é necessário, sim, um projeto educacional. O Desenvolvimento Educacional corresponde ao desenvolvimento Capitalista.

Figura 3– Desenvolvimento capitalista brasileiro

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO



Fonte: Elaboração Própria

Para demonstrar o que significa a luta constante, e para assegurar direitos à classe trabalhadora, vamos verificar como fica a população negra no rol de medidas adotadas desde os 1800 até a atualidade. Vejamos em ordem cronológica, na linha do tempo, os fatos, a partir dos anos de 1800:

- 1837 - Primeira lei de educação: negros não podem ir à escola;
- 1850 - Lei das terras: negros não podem ser proprietários;
- 1871 - Lei do Ventre Livre - quem nascia livre?
- 1885 - Lei do Sexagenário - quem sobrevivia para ficar livre?
- 1888 - Abolição (atentem, foram 388 anos de escravidão);
- 1890 - Lei dos vadios e capoeiras - os que perambulavam pelas ruas, sem trabalho ou residência comprovada, iriam para a cadeia.
- 1968 - Lei do Boi: 1ª lei de cotas! Para filhos de donos de terras, que conseguiram vaga nas escolas técnicas e nas universidades;
- 1988 – Aprovada a Nova Constituição Brasileira. Foram necessários 488 anos para ter uma constituição que dissesse que racismo é crime! Na maioria das ocorrências se minimiza o racismo enquanto injúria racial e nada acontecia;
- 2001 - Conferência de Durban, o Estado reconhece que terá que fazer políticas de reparação e ações afirmativas. Mas, não foi porque acordaram bonzinhos! Não foi sem luta. Foram décadas de lutas para que houvesse esse reconhecimento!

- 2003 - Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".
- 2008 – Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Acrescentou na lei a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura indígena na Educação Básica.
- 2009 - 1a Política de Saúde da População Negra. Que prossegue sendo negligenciada e violentada (quem são as maiores vítimas da violência obstétrica?) no sistema de saúde;
- 2010 - Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Em um país que se nega a reconhecer a existência do racismo;
- 2012 - Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 - Cotas nas universidades. A revolta da casa grande sob um falso pretexto meritocrático. Nossa sociedade é racista e ainda escravocrata e essa linha do tempo tá aí pra evidenciar.

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

A partir do final dos anos de 1970, o Movimento Negro⁶, juntamente com intelectuais negros e não negros, orgânicos da classe trabalhadora, alertaram a sociedade e o Estado para o fato de que a desigualdade que atinge a população negra brasileira não é somente uma herança de um passado escravagista, mas, sim um fenômeno mais complexo e multicausal, produto de uma trama complexa entre plano econômico, político e cultural (GOMES, 2017, p. 26).

A Política Educacional passa a ser um dos principais campos de batalha travados na atualidade para definir os rumos da formação da classe trabalhadora. Não se trata de uma “guerra cultural”, trata-se de uma guerra social entre classes antagônicas.

O que a história nos demonstra é que a classe trabalhadora tem envidado esforços enormes, para assegurar direitos básicos, entre os quais, o da Educação para os Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Foi somente em 2010 que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao término de seu segundo mandato, sanciona o Decreto Nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, que “Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), fruto de muita luta dos povos do campo, águas e florestas.

O que fica evidente é que sem muita luta, travada pela classe trabalhadora, em prol de seu projeto histórico para além do capital no qual cabe o projeto educacional para a emancipação da classe trabalhadora não serão garantidos os direitos e conquistas civilizatórias.

⁶ A Coordenação Nacional do Movimento Negro presta à Lelila Gonzales e Frantz Fanon uma homenagem neste ano de 2025, durante a MARCHA DA CONSCIENCIA NEGRA, dia 20 de novembro.

O que constatamos é que as ideias pedagógicas hegemônicas no Brasil foram elaboradas, implementadas e asseguradas pelas elites dominantes, a classe dos donos dos meios de produção e das terras, que inicialmente chamadas de capitanias hereditárias, onde prevaleceu o trabalho escravizado até aos atuais latifúndios, em que temos a monocultura, o uso de agrotóxicos, os conflitos fundiários com os povos originários, povo quilombola, povo negro. Foram 322 anos de escravismo que continua em suas formas análogas na atualidade. Trabalhadores sem direitos trabalhistas, trabalhando a exaustão e a população, principalmente a população periférica, formada pela classe trabalhadora, sem mais e melhores serviços públicos.

Figura 4 - Levantamento histórico-político do Brasil.



Fonte: Elaboração Taffarel e Queiroz, 2024.

A periodização que demarcamos na figura acima demonstra que a política está determinada pelas relações de produção, as relações trabalho-capital. Em toda a história, em diferentes

regimes políticos, vamos encontrar confrontos, conflitos, violências, assassinatos, subjugação através de golpes militares, aos interesses colonialistas, imperialistas ⁷, sendo assim temos: Brasil Colônia (1500-1822): foram 322 anos do período escravista, caracterizado pelo trabalho explorado, pela opressão, produção e concentração de mercadorias, concentração de terras, concentração de renda, concentração de poder. Período de muitas revoltas, insurreições que demarcam uma história de confrontos, conflitos e disputadas. Capitalismo mercantil devastador, de povos e da própria natureza.

Monarquia (1822-1889): período em que a colonização, na forma de uma monarquia se instala no Brasil e impera por 67 anos.

República Velha (1889-1930): período em que através de golpe se instalam as forças dominantes, as forças da classe dominante, sempre com o apoio de forças armadas. a industrialização se desenvolve com trabalho da classe trabalhadora, com poucos direitos e péssimas condições de vida.

República Nova (1930-1964): período em que avançam organizações e se visualiza um Programa com atendimento de reivindicações históricas da classe trabalhadora, por mais políticas públicas, proteção aos trabalhadores e dignidade para a população indígena, negra, quilombola. No período de 1956-1961 governou o Brasil Juscelino Kubitschek. De 1961-1964 governou o Brasil João Goulart deposto pelo golpe de militar de 1964.

Regime Militar (1964-1985): período em que imposições das elites, articuladas com forças armadas, depõem-se o Presidente João Goulart e se instala por longos 21 anos o regime militar. Período em que a classe trabalhadora e suas organizações – UNE, CUT, PT, MST-, reagem em defesa das reivindicações da Classe Trabalhadora. período em que cresce a influência imperialistas em toda a América Latina e vimos a instalação de regimes militares no Chile, na Argentina e no Brasil. Regimes estes para impor a pauta imperialista na economia política dos países da América Latina. A financeirização da economia começa a adquirir vulto cada vez mais forte e passa a ocupar um lugar central na teorização da educação.

Nova República (1985-2016): período em que se instala uma Constituinte em 1988, se reivindicam eleições diretas e o atendimento das reivindicações dos povos indígenas, quilombola, povo negro, a classe trabalhadora em geral. período em que cresce a pressão pelos ajustes estruturais – privatizações, desresponsabilização, desvinculação, aumento da dívida pública, reformas da Previdência, Trabalhista, Terceirização e estabelecem-se as

⁷ Os registros históricos demonstram século a século, as lutas, insurreições, rebeliões, tanto dos povos indígenas, quanto do povo que foi escravizado oriundo do continente Africano, quanto de setores progressistas, socialistas, enfim da classe trabalhadora em luta contra exploração e opressão. Na luta pelos direitos, pelas reivindicações concretas.

bases dos acordos imperialistas. Medidas do Golpista Temer como a desestruturação de programas – política de governo. A primeira medida provisória assinada por Temer como presidente em exercício foi o corte de 8 ministérios, com exclusão e fusão de pastas. O que ocorreu neste período foi a retirada de direitos trabalhistas. O negociado passou a valer sobre o legislado. Destrói-se a Consolidação das Leis do Trabalho. Ocorre a retirada de direitos constitucionais, avança o conservadorismo aprova-se a reforma a Emenda Constitucional 95/2016. São Encaminhadas as Reformas Educacionais. A lei da Mordaza, da Escola sem Partido avança sobre a Escola e os Professores. As riquezas naturais são entregues com o fim da exclusividade na exploração do Pré-sal e estabelecimento do regime de concessão (PL 6.726) Segundo Valim, avançamos para um estado de exceção que vai se concretizar com a eleição de Bolsonaro para presidente da República (2019-2022).

Na virada do século e do milênio, tivemos governos identificados com as reivindicações da classe trabalhadora, com as lideranças Luiz Inácio Lula da Silva (2003- a 2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016. No entanto, enfrentaram pressão ferrenha da classe capitalista para manter taxas de lucro e, com o Golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, tendo participação da maioria parlamentar de Extrema-direita, Direita e Centrão que, no Governo do Golpista Temer, impuseram as reformas educacionais, Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e a Base Nacional Comum – Formação de Professores.

Uma revolução foi feita na educação do Brasil pelos governos do PT de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff quando estiveram à frente da presidência da República. O Ministro da Educação de ambos os presidentes, Fernando Haddad (2005-2012) criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007, para avaliar a qualidade do ensino nas escolas públicas e, assim, desenvolver ações para superar os principais desafios encontrados. As universidades públicas e os institutos federais, antes basicamente centralizados nas capitais dos estados, foram levados para todo o interior do país. Foram criadas 18 novas universidades federais e 173 *campus* universitários. No total, a população universitária quase triplicou, saltando de 3 milhões em 2003 para 8 milhões em 2016. Os institutos federais também tiveram uma grande expansão durante os governos do PT, foram implantadas mais de 360 unidades por todo o país.

É importante ressaltar, ainda, que em 2018 ocorreu a prisão do ex-presidente Luís Inacio Lula da Silva em um processo de **lawfare**, que significa o uso do aparato legal, das leis, para atingir objetivos, econômicos, políticos ou militares eliminando, desqualificando ou incapacitando o inimigo. Com isto é eleita a extrema direita. E isto tem início em 2003 com o denominado escândalo do Mensalão e com a Ação Penal 470.

Entre os anos de 2019 a 2022 tivemos a ascensão da Extrema Direita (Nazifascista) com o avanço da militarização do Estado, da Política, da Educação, e crescimento de Escolas

Cívico-militares. Os ataques a Educação são intensificados pelos ataques ao Fórum Nacional de Educação, à Legislação Educacional, aos professores/as, ao financiamento, as estruturas necessárias para manter políticas, projetos, programas educacionais. Esta devastação atinge tanto o Ministério da Educação como o Ministério de Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, onde por dentro do INCRA, temos o PRONERA.

A perspectiva de recuperação, por exemplo, do financiamento que já era executado em 2014, na educação, vai demorar até 10 anos, anos decisivos para o avanço da extrema direita e sua pauta conversadora.

O que tivemos no próximo período foi o ferrenho embate entre os aparelhos de Estado e os aparelhos ideológicos privados da burguesia atuando na disputa dos rumos da Educação, que desempenharam papel central junto as grandes “*big tech*”, empresas que dominam as tecnologias e manipulam inclusive a economia global, mas isto não significa que não temos possibilidades superadoras.

Os militares conquistaram acesso privilegiado ao poder durante o governo Jair Bolsonaro, com reflexos na definição de políticas públicas e nos rendimentos da categoria. Assim, exerceram um grau de influência na esfera civil do país como não ocorria desde o fim da ditadura militar. Se por um lado a ascendência da caserna sobre a política deverá ser reduzida com a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, por outro especialistas avaliam que as Forças Armadas seguirão à espreita de uma nova crise grave para retomar a busca por protagonismo.

O que constatamos é que a militarização das escolas ocorre com a militarização do Estado Brasileiro via militarização do Executivo, ou seja, com a instalação de mais militares nos espaços do Executivo e via Legislativo, com a eleição de uma bancada de extrema direita que, após ocuparem cargo no governo de extrema direita, como por exemplo, Hamilton Mourão, eleito senador pelo Rio Grande do Sul, pelo Partido Republicano, Vice-presidente de Jair Messias Bolsonaro; Ricardo Salles eleito deputado federal por São Paulo, pelo Partido Liberal – PL, ex-ministro do Meio Ambiente no governo de Jair Messias Bolsonaro; Damares (Ministra de Direitos Humanos), Sergio Mouro do Partido Podemos e a partir de 2022 Partido União Brasil (Ministro da Justiça de Bolsonaro), Marcos Pontes ex-Ministro de Ciência e Tecnologia de Bolsonaro e atualmente Deputado Federal pelo PL, entre outros. Após passarem pelo Governo Bolsonaro são eleitos para ocupar cargos no Senado e na Câmara dos Deputados Federais. Com estas eleições de 2022 a extrema direita se consolidou como força política, se normalizou no Brasil e veio para ficar. (ELEIÇÃO MOSTRA..., 2022).

Segundo Julia Almeida Vasconcelos da Silva (2023), a política foi militarizada no Brasil durante o Governo Bolsonaro. Vejamos os dados a respeito da ocupação de postos:

1. Capitão Jair messias Bolsonaro. Presidente. Exército. Empossado 01/01/2019.
2. General Hamilton Mourão. Vice-presidente. General Exército da reserva 2019-2022
3. Vice-almirante Flávio Augusto Viana Rocha – Vice-Almirante da Marinha – Assessor especial do presidente da República (Chefe da Secretaria especial de Assuntos estratégicos). Nomeado em 14/02/2020.
4. Major Jorge de Oliveira – Secretaria Geral da Presidência. Major da PM do DF de reserva. Empossado em 21/06/2019.
5. General Carlos Rego Barros. Porta Voz da Presidência da República. General de Divisão Do exército. Empossado em 14/01/2019.
6. Capitão Tarcísio de Freitas. Ministro da Infraestrutura. Capitão do exército. Empossado em 01/01/2019.
7. Tenente-Coronel Marcos Pontes. Ministro de Ciência e Tecnologia. Força Aérea. Empossado em 01/01/2019.
8. General Augusto Heleno Ribeiro Pereira Gabinete de Segurança Institucional. General Exército Reserva. 2019-2022.
9. General Fernando Azevedo Silva. Defesa. General Exército Reserva – 2019-2022
10. Almirante Bento Albuquerque. Minas e Energia. Almirante de Esquadra Marinha. 2019-2022.
11. General Luiz Eduardo Ramos. Secretaria de Governo/Casa Civil/ Secretaria Geral da Presidência. General Exército Reserva. 2019-2022
12. General Valter Braga Neto. Defesa/Casa Civil. General exército Reserva. 2019-2022
13. General Alberto dos Santos Cruz. Secretaria de Governo. General Exército reserva. 2019
14. General Joaquim Silva e Lima. Defesa. General Exército Reserva (2018-temer; 2019-Bolsonaro)
15. General Eduardo Pazuello. Saúde. General do Exército da Ativa. 2020-2021.
16. Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Carlos Moretti Bermudez. Comandante Aeronáutica. Tenente Brigadeiro (FAB) 2019-2022.

A estes somam-se os aproximadamente 12 mil militares deslocados para funções do executivo e mais parlamentares advindo de forças armadas, a bancada da Bala, sejam eles da Polícia Civil, Militar, Exército, Aeronáutica, Guardas Municipais, que são Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores. Considerando somente a Câmara dos Deputados Federais temos atualmente 43 deputados federais com origem em carreira militar/segurança: Representam proporção na Câmara (513 cadeiras) de cerca de 8,4 %.

Sem estudos rigorosos e experiências concretas de articulação entre um projeto de nação com base em outra economia, que não a capitalista não encontraremos as referências imprescindíveis para a construção de outro projeto de educação. Como nos diz Trotsky:

A tarefa estratégica do próximo período – período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização – consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desencorajamento da velha geração, falta de experiência da nova). É necessário ajudar as massas, no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias que parta de suas atuais condições e consciência de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado (Trotsky, 1938, p. 04).

Segundo Meszaros (2002), em sua obra “Para além do Capital”, existem possibilidades superadoras para além da tendência à barbárie. O autor destaca, ainda, que os princípios da alternativa socialista são:

(...) a regulação dos produtores associados, do processo de trabalho orientada para a qualidade em lugar da superposição política ou econômicas de metas de produção e consumo predeterminadas e mecanicamente quantificadas; instituição da contabilidade socialista e do legítimo planejamento *de baixo para cima*, em vez de pseudoplanos fictícios impostos à sociedade condenados e permanecer irrealizáveis por causa do caráter insuperavelmente *conflitante* deste tipo de sistema; a mediação dos membros da sociedade por meio da *troca planejada de atividades*, em vez da direção e distribuição política arbitrária, tanto da força de trabalho como dos bens no sistema do capital pós-capitalista do tipo soviético ou da fetichista *troca de mercadorias* do capitalismo; a motivação de cada produtor por intermédio de um sistema autodeterminado de incentivos materiais, em vez de sua regulação pela cruel imposição de normas stakhanovistas ou pela tirania do mercado; tornar significativa e realmente possível a responsabilidade voluntariamente assumida pelos membros da sociedade por meio do exercício de seus poderes de tomada de decisão, em vez da *irresponsabilidade institucionalizada* que marca e vicia *todas* as variedades do sistema do capital. A necessidade de sua implementação não resulta de ponderações teóricas abstratas, mas da crise estrutural cada vez mais profunda do sistema do capital global (MESZAROS, 2002, p. 50).

Ninguém está dizendo que será fácil, mas somente a luta da classe trabalhadora unificada poderá mudar a vida.

A GUIA DE CONCLUSÃO PROVISÓRIA: AS CONTINGÊNCIAS E AS POSSIBILIDADES

Quando nos referimos as contingências, estamos admitindo que uma tendência pode ou não acontecer, mas isto dependera das circunstâncias, da correlação de forças na luta entre a classe dominante e seus vassalos servis com a classe trabalhadora que conta somente com sua força de trabalho. Necessário, então, situar o momento histórico em que estes elementos de crise se interpõem, ou seja, quando ocorre a ameaça real à sobrevivência humana no planeta.

Chomsky e Prashad (2021) sinalizam que, para a atual geração que vivenciou ataques neoliberais há algumas décadas, os problemas a curto prazo para sustentar sua mera existência movimentam questões fundamentais sobre o destino de seus filhos e netos e, portanto, há que se fazer o enfrentamento a esta situação.

Segundo estes, a **aniquilação nuclear** considera que as grandes potências possuem cerca de 13.500 armas nucleares (90% destas de propriedade da Rússia e EUA), enquanto os tratados sobre o controle e armas estão sendo destruídos.

As catástrofes climáticas, geradas pela hiperexploração de combustíveis fósseis, esvaziam os fundos de investimentos para países em desenvolvimento e o enfrentamento desta

questão, ao mesmo tempo que acontece o aumento da dívida externa, expressando uma falta de seriedade por parte da “comunidade internacional”.

A destruição do contrato social, com a eliminação da função pública dos Estados, sendo a sociedade civil mercantilizada por fundações privadas (o que assitimos ocorrer a passos largos no Brasil hoje). Os países investem boa parte de seus orçamentos anuais em armas e não em serviços públicos, como é o caso dos EUA.

Desse modo, reconhecemos 4 possibilidades: (a) barbárie; (b) a conciliação; (c) a revolução; (d) um programa com base em reivindicações concretas articulado com um Projeto histórico para além do capital.

O modelo que vem sendo formulado pelo Estado hoje para a educação, e que está na base do que se propõe para a transformação da profissionalização docente, no entanto, não conduz ao projeto educacional crítico desejado, com isso temos:

(a) **barbárie** com a destruição das forças produtivas pelas forças destrutivas e isto está se expressando na retirada de direitos e conquistas da classe trabalhadora, como a retirada dos direitos trabalhistas, na destruição dos serviços públicos, com a aprovação de leis que restringem investimentos públicos na garantia de direitos a saúde, educação, habitação entre outros, se expressando na completa destruição do sistema público de ensino, assistência, saúde e previdência. Está se expressando no mapa da violência que volta a crescer de maneira avassaladora, basta verificar os estudos de Waiselfisz (2016).

- Basta verificar os estudos do IPEA sobre a violência no Brasil. Outra expressão da barbárie são os massacres que estão ocorrendo, na cidade contra a juventude, negra, desescolarizada. O Brasil teve 170 assassinatos por dia em 2015. Pelo menos 58 mil pessoas foram assassinadas no país. A cada nove minutos uma pessoa é assassinada de forma violenta. O assassinato de afrodescendentes cresceu 18,2%. A barbárie está estampada no campo contra os povos que lutam enfrentando a propriedade privada da terra, das águas, do subsolo, basta ver o mapa da violência no campo apresentado pelos estudos desenvolvidos na UNESP, basta ver o Caderno da CPT sobre Conflito no Campo Brasileiro de 2015, no Sistema Penitenciário Brasileiro, ou Sistema Prisional Brasileiro, com o extermínio de uma população que dia-a-dia superlota o sistema carcerário. O Brasil está entre os quatro países que detém o maior número de encarcerados. São aproximadamente 622 mil encarcerados;

(b) **o reformismo, com a conciliação de classes**, com a parceria público-privado que rebaixa a formação da classe mantendo-a alienada econômica, social e intelectualmente - tendência hegemônica. A experiência dos últimos anos – 2003-2016, com os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ficou demonstrado que o reformismo e a conciliação de classes não mexem com as estruturas que sustentam, em suas origens, a

propriedade privada, o estado burguês e os valores burgueses (ENGELS, 2006) ferrenhamente defendidos pelas famílias, em especial da classe média e pelos vassalos do capitalismo, mesmo os que só tenham sua força de trabalho para vender;

(c) a revolução, cujas condições objetivas estão postas, ou seja, as condições objetivas estão postas, mas faltam as condições subjetivas da classe trabalhadora. A revolução implica na alteração dos pilares do modo de produção da vida – alterações na economia política, no modo de vida, nos valores -, na família, na propriedade privada e no Estado burguês. Implica na alteração dos pilares centrais do Projeto de escolarização da classe trabalhadora.

(d) o Programa de Transição, com base nas reivindicações transitória, para unificar amplos setores, contra os golpistas e sua política de contrarreformas, de retirada de direitos dos trabalhadores, de desmonte do Estado e das políticas que beneficiam a classe trabalhadora. Compõe este programa: Derrotar a direita nas eleições de 2026; preservar a soberania e a democracia participativa, com distribuição das riquezas, taxações dos super ricos; preservar a autonomia e equilíbrio entre os poderes a serviço das reivindicações da classe trabalhadora; escala 5 x 2 com tempo para humanização, acesso à cultura humanizada e humanizante; reforma agrária popular e incentivo a agroecologia; fim da militarização das guardas e polícias; mais e melhores políticas públicas. alimentação saudável na mesa, sem agrotóxicos, sem devastação da natureza; emprego decente, salário decente, casa, transporte, segurança, educação saúde, esporte e lazer para a vida, para o bem viver. estatização dos bens comuns, fim das privatizações do que essencial para a vida de todos os seres vivos; constituinte para realizar as reformas de interesse dos trabalhadores. com este parlamento não dá; revogar as contrarreformas, reconstruir o que conquistamos e transformar o que for preciso.

Cabe a Classe Trabalhadora organizada, em seus locais de trabalho, em seus organismos de luta, organizar suas reivindicações e, com base nelas, mobilizar e disputar os rumos da política econômica, os rumos de governos, o rumo do Estado, inclusive para eliminá-lo. Sem este enfrentamento de classe, que é econômico, político e ideológico, que em determinados momentos podem ser violentos, frente à intolerância da classe dominante, cabe a Classe Trabalhadora, ser intransigente, não conciliar, não se deixar cooptar, não se deixar destruir, e sim, resistir e construir outro modo de produção e reprodução da vida. Solidariedade de classe mais do que nunca se faz necessária.

O aqui exposto está delimitado em torno da pergunta sobre **o que fazer** em relação a política educacional, a formação de professores com base nos interesses emancipatórios (superação da sociedade de classes), imediatos e transitórios e interesses históricos da classe

trabalhadora, frente a crise de degeneração estrutural e conjuntural do capital que está levando as forças produtivas à destruição

A economia parasitária, rentista no Brasil está destruindo forças produtivas – trabalho, trabalhador e natureza -, a democracia não está sendo consolidada e, avançam golpes para retirar direitos e consolidar a política neoliberal, imperialista, o que altera o panorama das lutas populares e sociais. Alteram-se, também, as perspectivas de intervenção dos trabalhadores e das trabalhadoras da cidade e do campo. Urge, portanto, constituir: (1) a unidade na luta; (2) defesa dos organismos de classe; (3) lutar pelas reivindicações e revogar o que os golpistas aprovaram; (4) Lutar contra a reforma de previdência, trabalhista, terceirização, administrativa.

Florestan Fernandes (2020, p.89), em suas obras sobre formação de professores e desafios educacionais destaca que “a educação do educador é um processo complexo e difícil”. Ressalta que o educador está se reeducando em sua ação militante. Destaca que as condições objetivas da vida concreta criam possibilidades de que o professor defina a sua humanidade em confronto com a tradição cultural e com a opressão política. É possível conjugar a consciência pedagógica dos problemas da sociedade a uma nova forma de ação prática. Nos diz Florestan Fernandes: “A realidade é que as transformações são conquistadas a duras penas. Os professores entram, agora, nas mais difíceis condições de uma nova era, tal como está acontecendo com os proletários. (Fernandes, 2020, p. 93).

Por isto defendemos que a universidade pública é o *locus* da formação de professores, com:

- ▶ **1) CONSISTENTE BASE TEÓRICA:** a escola tem a função social de garantir o acesso ao patrimônio cultural produzido pela humanidade e a função social do currículo enquanto programa de vida é elevar a capacidade teórica dos estudantes garantindo-lhes as ferramentas de pensamento para compreender, explicar e agir revolucionariamente no mundo;
- ▶ **2) CONSCIÊNCIA DE CLASSE:** que se constrói na luta cotidiana na política para transformar a classe em si, em classe para si;
- ▶ **3) FORMAÇÃO POLÍTICA:** que se expressa na política cotidiana, na pequena e na grande política, dando rumos aos interesses da classe trabalhadora;
- ▶ **4) ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA:** que se inicia na escola com a autodeterminação dos estudantes, com o coletivo, com o fomento de outros valores que não os valores meritocráticos, individualistas e egoístas do capitalismo, mas, sim, o planejamento segundo valores socialistas, dos coletivos organizados para o trabalho socialmente útil.

Os movimentos estudantil, popular, sindical, partidário de esquerda, referenciados no projeto histórico de transição e superação do capitalismo, com autonomia e independência, colocando como horizonte teleológico a emancipação política e humana da classe trabalhadora, deverá acentuar a luta em defesa das reivindicações transitórias e históricas da classe e enfrentar o Estado Burguês, enfrentar as elites que o mantem, não na perspectiva

da conciliação de classe, mas, sim, na perspectiva do atendimento prioritário das necessidades da classe trabalhadora, visando a própria superação do Estado Burguês.

No livro “Veias abertas da América Latina”, escrito por Eduardo Galeano encontramos uma frase recitada na Proclamação insurrecional da Junta Tuitiva na Cidade de La Paz, em 06 de julho de 1809, “...*Temos guardado um silêncio bastante parecido com a estupidez....*”, e no último parágrafo do mesmo livro Galeano vai nos dizer, depois de percorrer séculos de dor e sangria das veias abertas da América Latina:

É muita podridão para lançar ao fundo do mar no caminho da reconstrução da América Latina. Os despojados, os humilhados, os miseráveis têm, eles sim, em suas mãos a tarefa. A causa nacional latino-americana é, antes de tudo, uma causa social: para que a América Latina possa renascer, terá de começar por derrubar seus donos, país por país. Abrem-se tempo de rebelião e mudança. Há aqueles que creem que o destino descansa nos joelhos dos deuses, mas a verdade é que trabalha, como um desafio candente, sobre as consciências dos homens (GALEANO, 1979, p. 281).

Concluímos, portanto, que o tempo histórico de avanço na destruição de forças produtivas – natureza, trabalho, trabalhador, ciência e tecnologia – continua e isto exige o enfrentamento, bem como a resistência ativa – estudiosa, crítica, coletiva, mobilizada organizada, propositiva, superadora - por dentro de nossas instituições considerando as contribuições teóricas da referência marxista, com aderência ao real concreto, a partir das lutas concretas dos organismos de luta da classe trabalhadora.

Como **método e meios** recorremos a tradição histórica da classe trabalhadora, em suas lutas revolucionárias (Trotsky, 1995, p. 73) para reconhecer indicações, entre as quais destacamos: manter-se inteiramente no terreno do marxismo, única possibilidade de entendermos o que existe, descobrir causas de derrotas e prepara conscientemente a vitória; utilizar meios e métodos que elevem a consciência de classe, sua confiança em suas próprias forças, sua disposição e abnegação a luta; abominar os métodos que inspiram medo e docilidade, sufocam o espírito de protesto e revolta e substituem a vontade das massas pela vontade de chefes, dirigentes, substituam a persuasão pela pressão, a análise da realidade pela demagogia e a falsificação; olhar a realidade de frente com radicalidade, profundidade e na totalidade; não procurar a linha de menor resistência; chamar as coisas pelo seu nome; dizer a verdade, por mais amarga que seja; não temer obstáculos; ser rigoroso nas pequenas como nas grandes coisas; ousar quando chegar a hora da ação; construir organizações de caráter revolucionário, dispostos a se converterem em estruturas democráticas de poder, para sustentar a base popular das reivindicações das massas; apoiar-se na dialética da luta de classes e não sobre a psicologia dos falidos e amedrontados. realizar plenárias, assembleias,

populares, democráticas, amplas e abertas para levantar reivindicações. ocupar, resistir, produzir e repartir.

Em tempos de avanços do conservadorismo, das políticas neoliberais, da destruição de forças produtivas e de avanço da barbárie, é de responsabilidade, também dos intelectuais orgânicos, militantes culturais da classe trabalhadora, defenderem o projeto histórico socialista, que neste momento materializa-se na construção do Programa de Transição (Torsky, 2009) e na construção da Frente em torno das reivindicações dos trabalhadores. *Vamos à luta, ela continua, ela é vital, necessária, permanente, internacional e, é para vencer.* Trabalhadores do mundo uni-vos (Marx, Engels, 1848).

DEDICATÓRIA:

Dedico o presente trabalho, as vítimas da COVID-19, causada pelo vírus coronavírus SARS_CoV-2 e pela necropolítica implementada no Governo no período de 2019-2022, que não estão mais entre nós e aos que ficaram e perderam seus familiares, em especial as crianças. Que os responsáveis sejam, mais uma vez, julgados e condenados, porque cometeram crime comum, crime de responsabilidade e crime contra a humanidade.⁸

Dedico, também, às crianças da Ucrânia, do Congo, do Haiti e da Faixa de Gaza, que estão sendo assassinadas em guerras imperialistas que visam a pilhagem, os saques e a violência para dominar seu povo, destruindo a soberania e a democracia das nações.

REFERÊNCIAS

- ALLIEZ, E.; LASSARATO, M. **Guerras e Capital**. São Paulo: UBU, 2021.
- ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. **Eventos** - Disponível em: <https://www.anfope.org.br/anais-de-eventos/>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – ANFOPE. **Anais de eventos**. Salvador: ANFOPE. Disponível em: <<https://www.anfope.org.br/anais-de-eventos/>>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – ANFOPE. **Anais de eventos**. Salvador: ANFOPE. Disponível em <https://www.anfope.org.br/extras/> Acesso em: 13 ago. 2025.
- BOFFO, M.; FILHO, B. F.; ALFREDO. **Economia Política Marxista**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

⁸Ver mais em <https://static.poder360.com.br/2021/10/relatorio-final-renan-calheiros-cpi.pdf> .

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2002.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: linha de base.** Brasília, DF: Inep, 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 jul. 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.** Disponível em: <https://undime.org.br/uploads/documentos/php1t8te9_65a035d0e96d8.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Observa DH: 1º Boletim técnico Escola que protege! Dados sobre violência nas escolas.** Brasília, DF: MDH, dez. 2024.
- BRASIL. ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. **Dossiê Considerações sobre o Future-se: ANFOPE 1.** 2019. Disponível em: <<https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2019/08/DOSSI%C3%8A-CONSIDERA%C3%87%C3%95ES-FUTURE-SE-ANFOPE-1-compactado.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- CÁSSIO, F. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** São Paulo: Boitempo, 2019.
- CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: Categorias e leis da dialética.** São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- CHOMSKY, N. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.
- CLAUSEWITZ, C. Da Guerra. **A Arte da estratégia.** São Paulo: Tahyuu, 2005.
- COSTA, A. L. O.; BEZERRA, M. I. S.; GOMES, R. V. B. **A história e a política da formação docente no brasil: uma trajetória de avanços, retrocessos e desafios.** Fortaleza: Editora Realize, 2024.
- CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2018.
- DOURADO, L. F. **Plano nacional de educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira.** Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.
- ENGELS, F. **A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- ENGELS, F. **Contribuições para a história do cristianismo primitivo.** São Paulo: Expressão popular, 2023.
- FERNANDES, F. **O que é revolução.** São Paulo: Expressão popular, 2018.
- FERNANDES, F. **Reflexões sobre um instrumento político.** São Paulo: Expressão popular, 2019.
- FLORESTAN, F. **O desafio Educacional.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- FLORESTAN, F. **A formação Política e o trabalho do Professor.** São Paulo: Lutas Anticapitalistas, 2020.
- FREITAS, L. C. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

- FREITAS, L. C. **A Constitucionalização da Barbárie, privatização e meritocracia.** Observatório da Democracia (2019). Disponível em: <https://observatoriodademocracia.org.br/2019/11/15/constitucionalizacao-da-barbarie-privatizacao-e-meritocracia/>. Acesso em: 28 de ago 2025.
- FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.
- FRIGOTTO, G.; QUEIROZ, F.; PENNA, F. **Educação Democrática: antídoto à escola sem partido.** Rio de Janeiro, LPP, 2018.
- GARCIA, A. B. **Educação Física e Regime Militar: uma guerra contra o marxismo cultural.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- HERMIDA, J. F.; LIRA, J. S. **Políticas educacionais em tempo de golpe: entrevista com Demerval Saviani.** Campinas: Educ. Soc., v. 39, nº. 144, p.779-794, 2018.
- HICKS, S. R. C. **Guerra cultural: como o pós-modernismo criou uma narrativa de desconstrução do ocidente.** São Paulo: Faro Editora, 2021.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORTA, J. S. B. **O Hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945).** Campinas: Autores Associados, 2012.
- KORYBKO, A. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LAMBERT, P. **As forças produtivas deixaram de crescer.** 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lambert/1969/01/40.htm>. Acesso 24 ago. 2025.
- LAVOURA, T. L.; ALVES, M.; SANTOS, C. L. **Política de formação de professores e a destruição das forças produtivas: BNC- Formação em debate.** Vitória da Conquista: Revista Práxis Educacional v. 16, n. 37, p. 553-577, 2020.
- LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017.
- LENIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** Brasília: Nova Palavra, 2007.
- LENTZ, R. **República de segurança nacional: militares e política no Brasil.** São Paulo: Expressão popular. 2022.
- LISBOA, R.; MONTENEGRO, F. C. **Kid Preto: guerra Irregular e a evolução das Operações Especiais do exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Ubook, 2021.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Vol. 3.** Tradução de Regis de Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MALANCHEN, J. **Crítica as bases pós-modernas e o relativismo cultural.** Campinas: Autores Associados, 2016
- MALANCHEN, J. **Crítica a Educação a Distância.** Campinas: Autores Associados, 2015.
- MANZO, B. P. **A fé e o fuzil: crime e religião no Brasil do século XXI.** São Paulo: Todavia, 2023.
- MARTINS, T. P.; SABIA, C. P. P. **O desmonte da educação Pública: contrarreformas empresariais.** São Paulo: Lutas Anticapitalistas, 2024.
- MARTINS, Erika Moreira. **Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais prol educação.** 2019. 1 recurso online (253 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1637606. Acesso em: 28 ago. 2025.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas: introdução Eric Hobsbawm.** São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- MELLO, G. M. C.; NAKATANI, P. **Introdução a crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito.** São Paulo: Expressão popular, 2021.
- MONIZ, L. A. **A desordem mundial: o espectro da total dominação - guerras por procuração, terror, caos e catástrofes mundiais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

- MONTORO, X. **O capitalismo e economia Mundial: bases teóricas e análises empíricas para a compreensão dos problemas econômicos do século XXI**. São Paulo: Nova Palavra e Husitec, 2023.
- MULHALL; J. **Tambores à distância: viagem ao centro da extrema direita mundial**. São Paulo: Leya Brasil. 2022.
- MURRAY, D. **A Guerra contra o ocidente**. São Paulo: Faro editorial, 2022.
- NORONHA, C.V., VIEIRA, L. J. E. S., FROTA, M. A., TAMBORIL, B.C.R. **Escola em tempos de Crise: estudos e pesquisas sobre conflitos e violências interpessoais**. Salvador: Edufba, 2017.
- OLIVEIRA, R.; GENNARI, A. M. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- PENIDO, A.; STÉDILE, M. E. **Ninguém regula a América Latina: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- PERKINS, J. **A história secreta do império americano: assassinos econômicos, chacais e a verdade sobre corrupção global**. São Paulo: Cultrix, 2008.
- PERKINS, J. **Novas confissões de um assassino econômico**. São Paulo: Cultrix, 2018.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Vivemos uma emergência que requer ação urgente (uma carta escrita com Noam Chomsky) | Carta semanal 1 (2021). 7 jan. 2021. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/newsletterissue/1-noam-chomsky/>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- SECCO, L. **As Guerras Mundiais**. São Paulo: Lutas Anticapitalistas, 2020.
- SEABRA, R. **Guerra Irregular**. Conferência proferida durante a XV Edição das Jornadas Bolivarianas – Mídia e Poder na América Latina. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://sul-sur.blogspot.com/2019/11/jb-xv-estado-fascismo-e-guerra.html>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- SILVA; J. A. V. **A Militarização da Política no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Alameda, 2023.
- SILVA. J. R. **Pedagogia do Quartel: formação de corpos doces nas escolas cívico-militares no estado do paraná**. Curitiba: Appris, 2023.
- SOARES, L. E. **Desmilitarizar**. São Paulo: Boitempo. 2019.
- SEUFERT, P., HERRE, R., MONSALVE, S., GUTTAL, S. **O Capitalismo Clandestino e a financeirização dos territórios e da natureza**. São Paulo: Expressão popular, 2023.
- SUN TZU. **A arte da guerra**. São Paulo: Edipro, 2021.
- TAFFAREL, C.N.Z.; BELTRAO, J. A. **Destruição de forças produtivas e o rebaixamento da formação da classe trabalhadora: o caso da reforma e da BNCC do ensino médio**. Salvador: Germinal Marxismo e Educação em Debate, v. 11, n. 1, p. 103-115, 2019.
- TROTSKY; L. **O Programa de transição da IV Internacional**. In: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/index.htm> . Acesso 28/08/25 às 23h35.
- VICTOR, F. **Poder Camuflado: os militares e a política do fim da ditadura a aliança com Bolsonaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- VISACRO, A. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.
- VISCARO, A. **A guerra na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2022.
- WOOD; E. M.; FOSTER, J. B. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.